

Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia vinte e oito de junho de dois mil e catorze.

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano dois mil e catorze, pelas nove horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência em exercício do Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início aos trabalhos. Como da última vez cooptamos a Dra. Aldina para fazer parte da mesa. Alguém se opõe a que a Dra. Aldina faça parte da Mesa novamente?”

Como ninguém se opõe vamos de seguida fazer a chamada dos Membros da Assembleia Municipal.”

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente o Presidente da Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, o Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia e o Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que apresentaram justificação e solicitaram substituição, tendo sido substituídos pelos Srs. Nelson Artemísio Mendes de Jesus, João Paulo da Silva Abrantes Vaz e Armando Cortez Vicente, respetivamente.

Também se encontrava ausente a Sra. Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales e o Sr. Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos que igualmente apresentaram a respetiva justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), n.º1 do artigo 5º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça

Madeira de Brito da Silva, Dra. Cristina Fernandes Oliveira, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho e Eng.^a Teresa Maria Mendes Dias.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apresentação e votação do Relatório de Ponderação e Versão Final da Proposta de Plano da 1ª Revisão do PDM de Oliveira do Hospital, nos termos do nº1 do artigo 79º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) do Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro, na sua atual redação.

III - Aprovação, nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento do Mercado Municipal de Oliveira do Hospital.

IV - Aprovação, nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresarias.

V - Aprovação, nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento do Espaço da Componente de Apoio à Família.

VI - Aprovação, nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município de Oliveira do Hospital.

VII - Aprovação, nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento do Concurso Municipal de Ideias de Negócio “Empreender + Oliveira do Hospital”.

VIII - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um subsídio à Junta d Freguesia de Avô.

IX - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um subsídio à União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços.

X - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do Contrato de Comodato entre o Município de Oliveira do Hospital e a Freguesia de Avô.

XI - Autorização, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para o Sistema de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) Indiferenciados.

Dando-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal em Exercício, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Os Senhores Deputados têm algum reparo a fazer à Ata de vinte e seis de abril de dois mil e catorze?”

Se não há reparos à Ata vamos proceder à votação.”

Efetuada a votação a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e seis de abril de dois mil e catorze foi aprovada por maioria com um voto contra e quatro abstenções.

Seguidamente dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Nos termos do artigo 26º, alínea c), do Regimento desta Assembleia, quero fazer a seguinte declaração de voto: Voto contra a aprovação da ata da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital realizada no dia vinte e seis de abril de dois mil e catorze pelos seguintes motivos:

1º - A Assembleia decorreu de forma ilegal pois não foi presidida pelo seu legítimo Presidente.

2º - Foi rejeitada uma Moção de Confiança ao Presidente da Assembleia Municipal, cuja deliberação para discussão, feita por voto secreto, não obteve o necessário apoio de vinte e cinco votos, quórum qualificado de dois terços, mínimo desta Assembleia, como previsto no artigo 19º do Código do Procedimento Administrativo, no nº2 do artigo 50º da Lei 75/2013 e no artigo 18º, nº 3 e nº 4 do Regimento desta Assembleia.

3º - A deliberação para substituição do Presidente da Assembleia padeceu dos mesmos vícios e irregularidades citadas no ponto anterior.

A deliberação de suspensão foi conseguida com a intervenção na discussão do Sr. Presidente da Câmara, elemento que não faz parte desta Assembleia, que não tem direito de intervenção, a menos que solicitado em instâncias do Presidente da Mesa. O Sr. Presidente da Câmara não pediu tal intervenção, nem a mesma lhe foi autorizada, o que configura as anulabilidades

previstas no artigo 133º, alíneas a), d), e) e g) do Código do Procedimento Administrativo e é causa de anulação.

4º - Foi retirado da Ordem do Dia o Ponto que previa a discussão de alteração do Regimento desta Assembleia, com o argumento de que o Presidente não tinha poderes para o ato de inclusão na Ordem de Trabalhos, contrariando-se assim, o previsto no artigo 18º do Código do Procedimento Administrativo no artigo 53º, nº 1, da Lei 75/2013 e nos artigos 17º, nº 1 e 26º, alínea e) desta Assembleia.

5º - A substituição a qualquer tempo, prevista no artigo 46º, nº 2 da Lei 169/99 destina-se a permitir formar maiorias e a governação, por negociação entre forças partidárias que constituam, ou possam constituir essa maioria, que a qualquer tempo se pode desfazer, podendo impor a necessidade de renegociação e recomposição da Mesa. Não se destina a “disciplinar” aqueles que optem pelo juramento de lealdade ao Concelho em detrimento da lealdade ao partido, em cujas listas foram eleitos. Sendo de notar que o signatário é e apresentou-se como independente num projeto que se arrogou suprapartidário.

Depois do que foi dito eu não me pronunciei uma vez que me continuo a considerar o Presidente desta Assembleia. Porque nos termos do artigo 5º, nº 3, a Mesa tem que ser obrigatoriamente eleita por voto secreto. Eu penso que isto ainda não é uma República das Bananas. Mas os Senhores é que estão a dirigir os trabalhos!”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte declaração de Voto:

“Nós porque não sabemos se o que se passou está, ou foi feito, de forma legal optámos pela abstenção nesta questão. Acho que era de todo o interesse saber se o que se passou na última Assembleia Municipal é legal ou se não é. Nesse sentido e por sabermos que as coisas não nos parecem corretas que nós também optamos por esta abstenção na votação da ata.”

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Mesa em Exercício, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“O Senhor Deputado como sabe a primeira informação que eu dei em relação ao expediente é que tínhamos recebido um documento da procuradoria para dar elementos e portanto até lá e enquanto nada for resolvido a esse nível nós consideramos, como considerámos na última Assembleia que era legal. Só depois da resposta da procuradoria é que será claro.

Em relação precisamente a essa situação eu penso que com humildade, com dever democrático em que foram feitas as últimas eleições autárquicas, com a atitude democrática que houve na eleição da anterior Mesa e pensando que será melhor para todos para verdadeiramente não ser só chamada que é democrática ou antidemocrática, eu, a minha posição, porque fomos eleitos, que não tem nada a ver com a destituição do Sr. António Lopes da Mesa, mas a minha posição, e cada um de nós os dois terá a sua posição e os porquês, a minha posição é precisamente essa. Eu vou pedir a demissão da Mesa porque quando foi eleita esta Mesa, foi eleita num todo e num conjunto. Portanto a minha posição é devolver à própria Assembleia para legitimar democraticamente uma nova Mesa. Acho que é a melhor forma, quer em termos de democracia quer em termos de atitude, para deixarmos os ataques de usurpar o lugar de alguém. Ninguém quis aqui usurpar o lugar de ninguém. Penso que foi tudo feito legalmente e democraticamente até prova em contrário. Portanto eu vou apresentar a minha demissão da Mesa e esperar que esta Assembleia volte a ter uma Mesa com a vossa confiança.”

Em seguida foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Como sabem a constituição inicial da Mesa tinha alguns pressupostos nomeadamente a hierarquia na lista, a complementaridade entre os elementos da Mesa e a própria disponibilidade. Ao fim e ao cabo a apetência para trabalhar. Como isso está prejudicado hoje em dia, uma vez que a destituição do Presidente da Mesa levou à situação que conhecem, eu peço também a minha demissão como membro da Mesa, predispondo-me quer eu quer o Sr. Carlos Mendes, presumo, a estar na Mesa na qualidade de demissionários apenas para eleger uma nova Mesa.

A meu ver deve ser apresentada uma nova Mesa os Senhores Membros da Assembleia com certeza fá-lo-ão e nós acataremos, como é óbvio, a vossa decisão.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Em face desta situação, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pede à Mesa que se mantenha em funções até à eleição da nova Mesa da Assembleia e propunha também que fosse feita imediatamente a seguir a eleição de nova

Mesa para poderem continuar os trabalhos e para não ficar um vazio nesta Assembleia.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Eu costumo dizer que o Concelho de Oliveira do Hospital que tem por obrigação de as coisas funcionarem com outra idoneidade.

Pergunta-se: Se a Mesa está convicta que está legítima porque é que não pôs no ponto da Ordem de Trabalhos uma eleição da Mesa como seria lógico normal e legítimo.

Foi acabado de dizer que foi pedido um parecer à Procuradoria. Eu acho que sim porque a nova Mesa que venha a ser eleita não deixará de estar eleita num contexto de ilegalidade a meu ver. Se assim não fosse eu não estava aqui. Eu não tenho o condão nem a pretensão de ser o dono da verdade toda. Está o problema entregue a quem de direito. Deixem quem de direito decidir. Até onde podia contestar eu contestei e alertei. A partir daqui que venha lá a decisão jurídica e a partir daí se os Senhores tiverem razão deixam-se estar e se não tiverem razão eu vou-me ai sentar outra vez mais uma meia hora, talvez. Mas não posso deixar de dizer que me vai dar algum gozo estar lá essa meia hora.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Manuel Mendes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“A inscrição para usar da palavra é impossível porque na verdade as surpresas são muitas. Vimos para uma Assembleia Municipal e ninguém sabe sequer o que é que vimos fazer. Como é que eu me posso inscrever para uma situação que sou apanhado agora de surpresa.

Se a Mesa entendeu, e teve tempo desde a outra Assembleia para entender, que não estava em condições democráticas então devia estar na Ordem do Dia para todos virmos preparados para fazer a eleição da nova Mesa.

Não compreendo como é que um Ponto desta importância não consta da Ordem do Dia. Nem nenhum Oliveirense vai compreender. Continuamos a brincar aqui às politiquices. Oliveira do Hospital não vos vai perdoar, espero eu, porque vocês continuam a brincar com isto. Fazem as guerras e não digam que o problema que é da oposição porque a oposição tem estado caladinha e sossegada.

Agora a abrir uma Assembleia demite-se uma Mesa e querem fazer uma eleição que não está na Ordem do Dia! Isto é brincar! E nós vamo-nos recusar a participar no que quer que seja destas brincadeiras.”

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Mesa em Exercício, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Como já repararam ninguém podia fazer aquilo que o Senhor Doutor ali estava a pedir porque só hoje é que esta Mesa tomou a decisão para se demitir. E a demissão tinha que ser pedida aqui nesta sala não era de outra maneira. Portanto, não se podia pôr um Ponto sem ser apresentada a nossa demissão.

Se alguém tem alguma proposta para a constituição da Mesa agradecia que as apresentassem.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem uma proposta para a constituição de uma Nova Mesa que eu vou passar a ler:

Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves;

Primeiro Secretário, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes;

Segundo Secretário, Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves.”

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Mesa em Exercício, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Esta proposta entra como Lista A.

Há mais alguma proposta?

Não havendo passamos de imediato à discussão.

Alguém tem alguma coisa a dizer sobre isto?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Eu penso que foi muito infeliz há pouco o termo utilizado e a expressão utilizada pelo Sr. Deputado do PSD que aqui entreviu. Quero dizer-lhe Sr. Deputado que aqui não há palhaços. Aqui há pessoas sérias. Há pessoas de boa vontade e há pessoas que querem e estão aqui preocupados com os problemas do Concelho. Aqui não há palhaços! O Senhor está enganado! O Senhor deve-se ter enganado profundamente nessa expressão. Era bom que revisse essa

expressão e viesse pedir desculpa aos palhaços como o Senhor aqui apontou e designou. Acho que é bom termos algum tento na língua particularmente quando adjetivamos pessoas. O Senhor como professor fica-lhe muito mal utilizar expressões dessas.

Quanto a esta questão da proposta para a Mesa, obviamente que eu vou votar favoravelmente porque entendo que as pessoas apontadas para desempenhar as funções são por demais conhecidas desta Assembleia e por demais conhecidas deste Concelho. E porque entendo que o Dr. Rodrigues Gonçalves na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal que me garante, e penso eu que há grande maioria das pessoas que estão aqui nesta sala, toda a idoneidade e toda a seriedade e toda a isenção que é necessário existir para o Cargo de um Presidente da Assembleia Municipal. Penso que a escolha foi bem feita. O nome está bem apontado tal como os outros dois nomes que foram apontados, quer o Sr. Carlos Mendes como Primeiro Secretário da Mesa, quer a Sra. Dra. Aldina para Segundo Secretário da Mesa. Acho que o Partido Socialista fez uma boa escolha e apresentou uma boa solução a esta Assembleia para uma Mesa, espero eu, que leve o seu mandato até ao final. Penso que o Concelho espera destas pessoas muito e elas são capazes de corresponder a essa expectativa e por isso eu vou votar favoravelmente esta proposta.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Como compreenderão considerando-me eu o Presidente não vou votar e não me vou pronunciar sobre esta questão. Não estão em causa as pessoas e não sou eu que vou dizer nada em desabono porque se calhar era um bocadinho injusto, mas sem pôr em causa o poder discricionário das vinte e quatro ou vinte e cinco pessoas que não concordam comigo, por certo estarão muito distantes, julgo eu, porque pensaram de outra forma há menos de um ano nas eleições.”

Em seguida foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, que fez a seguinte intervenção:

“Quero agradecer a proposta que acaba de ser feita. Eu apoio a proposta, como é óbvio, e aceitarei, naturalmente, o lugar de Presidente da Mesa se for essa a vossa decisão. Aceito o lugar apenas no estrito cumprimento do meu dever cívico e como prestação de serviço público que devo ao meu Concelho. Aceito o lugar não na perspetiva do jogo político mas na defesa do interesse

institucional da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital. E aceito por várias razões que passarei a descrever, naquilo que é também, em certa medida, uma declaração de interesses:

1ª razão - Estou de consciência absolutamente tranquila quanto ao processo que nos trouxe até aqui. Quer porque tentei evitar até ao extremo a decisão tomada na última Assembleia, quer porque estive sempre acima dos conflitos anteriores tentando saná-los, quer porque não obstante essa minha atitude teria sido objeto de uma das maiores ingratidões nesta Assembleia, a propósito do Regimento, não foram o facto de há muito ter refeito a lÁPis a minha lista de amigos.

A partir do momento em que vi frustradas as expectativas de evitar a destituição do Sr. António Lopes e que fui objeto, da parte dele, de um processo *Kafkiano* que nem sequer me era dirigido, não podia pactuar mais com esta indefinição. Não fujo às minhas responsabilidades uma vez que fui o segundo da lista do PS à Assembleia Municipal. Obviamente que desempenharei com gosto as funções agora propostas se for essa a vossa decisão;

A segunda razão é esta e já o disse noutros locais: Não tenho absolutamente nenhum interesse pessoal em ser Presidente da Assembleia Municipal. Não me alicia mandar ou sequer dirigir ou presidir. Já exerci funções de chefia durante vinte anos como dirigente de topo da Administração Pública e nos últimos anos, até, como Diretor Geral, estatuto pelo qual me aposentei. O meu narcisismo ou vaidade, se a tinha, já estão saciadas e já percebi que o sentido da vida é bem outro que não este da vaidade de mandar;

3ª razão – Não beneficiarei, obviamente, e nem tinha que beneficiar, pelo facto de ser Presidente da Assembleia Municipal, como aliás já não acontecia, uma vez que, como saberão, a minha Senha de Presença e o meu subsídio de deslocação vai diretinho para a Junta de Freguesia de Avô como me comprometi a fazer-lo na campanha eleitoral. Não entendam isto mal, mas eu, como o Sr. Presidente anterior dizia, até pago para estar aqui e portanto não é por aí também. Estou convosco por outros valores. Estou cá por ideais e princípios. Estou aqui para ajudar sem esperar nada em troca a não ser a gratificação de colaborar na política local como uma das poucas formas de tentar mudar a sociedade;

4ª razão – Não estou a usurpar o direito de ninguém. Fui o segundo na lista, como disse. Tendo o primeiro sido destituído como foi, e a questão jurídica decidir-se-á na sede própria, naturalmente que cumpro apenas a minha

obrigação ao aceitar a proposta se for eleito pelos representantes do povo do Concelho que são os Senhores Membros Eleitos nesta Assembleia;

5ª razão – Não tenho absolutamente nada a ver com os ajustes de contas que por aí andam mesmo no sentido literal da expressão porque, precessão do perigo, nunca usufrui do que quer que fosse. Portanto estou de todo exonerado de qualquer responsabilidade mesmo indireta que seja.

Depois destas razões e para não me escusar ao cumprimento do meu dever faço-vos desde já três ou quatro promessas que explicitarei a seguir se for eleito: - Se for eleito tentarei falar o menos possível. Os Senhores é que são os atores desta Assembleia e não a Mesa nem o Presidente.

- Respeitarei a oposição com a experiência que tenho de ter estado mais de doze anos nessa posição minoritária. Em situações limites penso que a oposição e os independentes merecem mesmo uma diferenciação positiva, se não, ficariam sem tempo face à percentagem que os eleitores lhes deram.

- A menos que se trate de questões processuais ou de interpretação da Lei ou do Regimento que têm de ser decididas de imediato, tentarei não responder diretamente ainda que seja invetivado por algum Membro da Assembleia. Tomarei nota do assunto e responderei no fim do respetivo Ponto.

Inaugurarei uma prática que terá uma muito maior eficácia no funcionamento dos trabalhos, como veremos.

Tentaremos cumprir o Regimento nos tempos de intervenção, como é da nossa obrigação, a começar pelo Presidente da Assembleia que garanto-vos desde já nunca falará vinte e cinco ou trinta por cento do tempo como já aconteceu nesta Assembleia.

Consultei várias atas de outras Assembleias e em lado nenhum acontece o que tem acontecido aqui. Estarmos aqui três, quatro e mais horas. Como digo, os Senhores é que são os protagonistas. Eu limitar-me-ei a tentar cumprir o Regimento.

Pessoalmente continuarei a apoiar como sempre apoiei o Sr. Prof. José Carlos Alexandrino e a sua equipa na Câmara Municipal mas, isso não me impede de afirmar como Presidente da Mesa que é a Câmara quem presta contas à Assembleia que acompanha e fiscaliza a atividade da Câmara como manda a Lei, mas sem protagonismos desnecessários e inúteis. E caso este processo fique resolvido, como espero, peço-vos encarecidamente que retomemos a normalidade nesta Assembleia e que me ajudem nesse sentido.

Sem me atrever a dar-vos concelhos, lembro-vos apenas o aforismo que diz “*A confiança não se impõe, ganha-se.*”. Todos temos que ganhar confiança

em vez de a tentarmos impor como já se viu aqui. Todos precisamos de mais compostura e calma interior. A começar naturalmente pelo Presidente da Assembleia Municipal, sem embargo de que temos de discutir política e não pessoas. Como dizia Nelson Mandela “*Muda porque o mundo muda contigo*”.

Temos de mudar a imagem externa desta Assembleia no sentido da elevação e da dignidade que ela merece.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Manuel Mendes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Eu só quero responder ao Senhor Deputado. Volto a repetir exatamente aquilo que disse: Isto é uma palhaçada. Não estou a chamar a ninguém palhaço porque se eu o chamasse palhaço a si era uma ofensa para os palhaços. O Senhor tem que nascer outra vez para me dar lições de bom comportamento.

O que viram aqui, e eu espero que todos os Deputados pesem na sua consciência, foi uma palhaçada porque está tudo programado. Até o discurso já estava escrito. E agora foi uma surpresa para toda a gente, Senhores Deputados! Vejam que foi uma surpresa!”

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Mesa em Exercício, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos proceder à votação da Lista A com a constituição da nova Mesa da Assembleia Municipal que eu vou passar a ler:

Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves;

Primeiro Secretário, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes;

Segundo Secretário, Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves.”

Os deputados eleitos pelo PSD abandonaram a sala e não participaram na votação para a eleição da Mesa da Assembleia Municipal.

Efetuada a votação a Mesa da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital foi eleita com vinte e seis votos a favor e três votos brancos tendo a seguinte constituição:

Presidente da Mesa - Dr. António José Rodrigues Gonçalves;

Primeiro Secretário - Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes;

Segundo Secretário - Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves.

De seguida, tomou a palavra o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Renovo a saudação a todos agora na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

Começo por agradecer aos Membros da Assembleia Municipal que votaram na nova Mesa e, em concreto, em mim próprio para Presidente da mesma, e agradeço ao Grupo Municipal do Partido Socialista a confiança que depositou em mim ao propor-me para presidente da Assembleia.

Agradeço ainda ao Sr. Carlos Mendes e à Dra. Aldina Neves terem-se disponibilizado para trabalharmos em conjunto na mesa onde tentaremos melhorar a funcionalidade, a eficiência e, sobretudo, a elevação deste Órgão Autárquico.

Tudo faremos para honrar o vosso voto, mesmo o daqueles que acharam por bem não votar em nós e que, apesar disso, nos merecem a mesma consideração.

A partir de agora trataremos todos por igual, dando mesmo uma especial atenção, como há pouco disse, à oposição e aos independentes, face à sua situação de minoritários.

O terceiro agradecimento vai naturalmente para o meu antecessor, Sr. António Lopes, na parte em que trouxe democracia a esta Assembleia.

É bom recordar que antes de 2009 a democracia era aqui muito mitigada, é bom que alguns saibam porque hoje em dia vêm para aqui reclamar muita democracia, como sucedeu, por exemplo, no dia em que foi atribuída a medalha de mérito a uma instituição da minha terra, e em que pedi ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de então para falar. Não me deu a palavra na altura e só depois de encerrar a sessão pedi à Dra. Ângela para me perguntar se ainda queria falar. Claro que não falei. Mas é bom que os mais jovens e a oposição saibam que era isto que se passava antes de 2009, e como nós não somos maniqueístas - onde tudo ou é bom ou é mau - pela minha parte, reconheço o contributo que o Sr. António Lopes deu no mandato de 2009 a 2013 no plano da reposição da democracia nesta Assembleia.

De 2009 para cá todos falaram democraticamente e sem quaisquer constrangimentos e, como seu sucessor e como democrata, devo-lhe este reconhecimento.

O que se passou desde a última campanha eleitoral até à Sessão de 26 de abril passado e as relações de conflito que travou foram já objeto de análise

minuciosa na referida Sessão e, em princípio, depois desta assembleia não voltarei a elas.

Como disse há pouco, tentei manter-me acima dessa querela mas apoiando sempre o Prof. José Carlos Alexandrino e o Executivo Municipal e é assim que quero continuar, agora necessariamente mais equidistante face à posição de Presidente da Mesa da Assembleia.

Depois destes agradecimentos, deixem-me dirigir-vos algumas palavras nesta nova qualidade, face, por um lado, a todo o processo de destituição do Presidente e de eleição da nova Mesa, e, por outro lado, à necessidade de clarificar desde já três ou quatro ideias, que há pouco referi por tópicos, para o que deve ser o funcionamento futuro desta Assembleia.

Mas antes disso, assumo, desde já, um compromisso convosco; Esta minha intervenção é claramente excecional na ocupação do vosso tempo. Vou utilizar pouco mais de dez minutos, que se justificam dada a qualidade que os Senhores acabam de me dar e a necessidade de dizer o que penso sobre as regras de funcionamento futuro da Assembleia.

Mas, daqui em diante, tentarei intervir o menos possível, e nunca utilizarei trinta por cento do tempo de duração total das sessões, em respostas diretas ou em intervenções próprias do Presidente da Assembleia Municipal, como já sucedeu aqui anteriormente.

O Presidente da Mesa não tem o direito de arrastar os trabalhos indefinidamente com posições pessoais por muito meritórias que sejam.

Assumido este compromisso e não tencionando voltar ao assunto do passado, não posso deixar de dizer o que penso em relação aos últimos dois comentários sobre o que se disse na última Assembleia e escreveu já depois dela, na parte em que essas afirmações têm implicações com o presente e com o futuro deste concelho; Um desses comentários é ainda a propósito do Regimento e da sua invocação ou utilização futura por esta Assembleia, o outro é a propósito do processo de substituição do Presidente da Mesa, se quiserem, sobre a natureza da pessoa ou sobre qual seria a pessoa que iria substituir o Sr. Presidente da Assembleia Municipal destituído.

Quanto ao regimento:

O que se continua a repetir e a escrever, até à náusea, sobre o que pretensamente não se poderá fazer nesta Assembleia por causa do Regimento, é pura demagogia e política destinada a manipular terceiros.

Dizer-se, como se disse na última Assembleia Municipal e que consta da ata, que “*neste momento não se pode fazer uma moção de censura ao executivo*”

até que alguém me prove o contrário,” é uma afirmação de quem nem sequer leu o Regimento que votou.

Primeiro porque todos sabem que a Lei vigora e impõe-se sempre acima do Regimento - de qualquer Regimento - mesmo que este não transcreva uma ou outra norma dessa Lei. E a Lei nº 169/99, prevendo, como prevê, a moção de censura ao executivo ela pode, obviamente, ser proposta e votada nos termos dessa Lei.

Proponham-na, e vamos a ver se alguém o impede invocando que não consta do regimento.

Sei que ninguém o invocará porque o Regimento aprovado prevê, expressamente, a possibilidade de a Assembleia votar uma moção de censura ao Executivo.

Senão vejamos: Diz o art.º 28º do Regimento *“Constituem direitos dos grupos municipais, apresentar moções de censura e de rejeição ao programa da Câmara municipal”*.

Repito: *“Apresentar moções de censura e de rejeição ao programa da Câmara Municipal”*.

Está assim provado o contrário do que foi afirmado e para quem continuar a sustentar que esta Assembleia ficou limitada, lembro apenas esta afirmação de Fernando Pessoa, *“o que vemos, não é o que vemos, senão o que somos”*.

Por fim, para acabarmos, de vez, com esta questão do Regimento, deixemo-nos de falar sobre o que não se pode fazer e passemos a situações concretas, e para isso faço aqui um desafio:

Façam o favor de me ir dando conta, durante o que resta do mandato, em que momentos sentem restringidos os vossos direitos com o Regimento agora em vigor.

Sinceramente fico à espera que o façam. Se o não fizerem, fá-lo-ei eu próprio no fim do mandato. Farei o balanço e concluirei, disso tenho quase a certeza, que, como diz o povo, *“só quando a maré baixa é que se vê quem estava nu”*.

Quanto ao processo de substituição da Mesa e do Presidente:

Ouvi e li, hoje mesmo, na última ata, o ainda Presidente da Assembleia Municipal cessante dizer, *“estou com curiosidade para ver quem é a pessoa que me vai substituir”* ou ainda, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, dizendo-lhe, *“o que vem a seguir já lhe faz as vontades todas”*.

Aliás, li um artigo num jornal em que o autor igualmente se questiona sobre quem iria substituir o Presidente! Como se isto fosse um grande drama neste Concelho.

Naturalmente que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal destituído não tinha dúvidas de que haveria sempre quem o substituísse, melhor ou pior. E se calhar até melhor, como veremos em relação à eficácia dos tempos de intervenção.

Todos sabem que de insubstituíveis está o inferno cheio e todos somos substituíveis, é apenas uma questão de tempo. Para quê falar nisto sequer.

Quanto à insinuação de que “*o Presidente da Câmara vai ter na mesa quem lhe faça as vontades todas*”, se essa insinuação me era dirigida o que lhe posso dizer é que, quem me conhece sabe que não estou aqui para fazer as vontades a ninguém.

Por respeito por mim próprio e tendo como farol o que disse o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, na carta que escreveu a Salazar e que lhe valeu 10 anos de exílio, e cito: “*Os indivíduos e as classes nunca estarão satisfeitos enquanto não experimentarem que são colaboradores efetivos, que tem a justa quota-parte na condução da vida coletiva isto é, que são sujeito e não objeto da vida económica, social e política*”.

Pela minha parte sei que nunca serei objeto da vida económica, social ou política de ninguém, muito menos manipulado nesta Assembleia porque sei determinar-me por mim próprio, mas sei também que nunca procurarei ir além da chinela e meter-me em assuntos que são manifestamente da competência de outros Órgãos Concelhios.

Como disse há pouco, estou aqui para ajudar e não para complicar e da parte da Mesa temos toda a confiança na Câmara Municipal.

Temos experiência de direção e conhecimentos suficientes para mantermos, de parte a parte, o respeito e a separação de funções a que a independência dos Órgãos Autárquicos e a Lei nos obrigam.

Quanto ao discurso, aliás pungente, que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal destituído me dirigiu na última Assembleia, não só não rebateu nenhum dos argumentos da minha intervenção de 28 de dezembro como errou manifestamente o alvo, como se viu nos acontecimentos subsequentes.

Fui dos Membros desta Assembleia que mais tentou evitar o que se passou, como o visado bem sabe, parecendo-me mais uma profunda ingratidão ainda ficar com o ónus de ter tido alguma participação na origem do desenlace.

Já quanto à afirmação, que li escrita, de que eu não aceitaria ser Presidente porque não fui a sufrágio, quero lembrar apenas a sequência dos factos:

Todos, o 2º, 3º e 4º da lista do PS à Assembleia Municipal são exatamente aqueles que agora fazem parte da Mesa.

Se o 1º foi destituído por culpa sua e fui convidado para assumir a Presidência desta Assembleia e, acabo de ser eleito pelos Membros que são os representantes dos eleitores deste Concelho.

Isto chega-me no tribunal da minha consciência, estou sereno e em paz com os meus sentimentos e estou a cumprir o meu dever sem outras vaidades nem narcisismos estéreis.

Para além das outras razões de desprendimento pessoal que referi antes da eleição da Mesa e que, obviamente, não vou agora repetir.

Se outras insinuações vierem a caminho, faço intenção de as ignorar, e se houver algum percalço processual ou judicial com a destituição ou eleição da Mesa - percalço que não prevejo - não se preocupem porque em quinze dias a questão será de novo legalmente resolvida, e decerto com o mesmo fim.

Por fim e da minha parte não posso deixar de dar aqui uma palavra de reconhecimento ao Sr. Prof. José Carlos Alexandrino pela forma determinada e frontal como viveu todo este processo, quase traumático, de confronto e de substituição do Presidente desta Assembleia.

Antes das notas finais quero dizer-vos que considero encerrado este processo de substituição da Mesa e pedir-vos que o considerassem também, no superior interesse do Município que prometemos servir.

Agora sim, quatro ou cinco notas finais sobre o que penso dever ser o cumprimento da Lei e do Regimento no que resta do mandato, Regimento que, neste particular, é exatamente igual ao dos anos anteriores.

1ª nota: Tentarei ser discreto na representação da Assembleia.

Não me sinto obrigado a acompanhar constantemente o Sr. Presidente da Câmara que não precisa de cicerone e eu próprio não careço de promoção pública que, aliás, enjeito.

Num caso ou noutro que se justifique delegarei a representação da Assembleia sem prescindir, obviamente, da minha obrigação de a representar em todos os atos solenes e em articulação com a mesa e com o Sr. Presidente da Câmara.

Quem governa o município, quem resolve (ou não) os problemas dos munícipes, quem representa o governo do município, e quem acaba por ganhar,

ou perder, as eleições é o comportamento e o trabalho do executivo e do seu Presidente - quer a nível nacional quer a nível local - e não o Presidente da Assembleia Municipal.

Isto é inquestionável e, em minha opinião, os resultados eleitorais da Assembleia Municipal são arrastados pelos resultados do trabalho do Presidente da Câmara e não é o contrário. É isto que nos dizem as estatísticas nacionais, independentemente das opiniões de cada um.

Daí que, como disse há pouco, o Presidente da Assembleia deve presidir às sessões, dirigi-la e representá-la sim, mas nos termos da Lei, e não, necessariamente, estar em todas as aparições públicas do Presidente da Câmara.

2ª nota - Tentarei ser imparcial e isento quanto às intervenções dos Srs. Deputados, como se exige do Presidente da Mesa, e eu próprio tentarei ocupar o mínimo de tempo nas sessões, sendo esta intervenção de hoje perfeitamente excecional nesse aspeto.

Por isso não responderei, de imediato, aos eventuais argumentos políticos que me sejam dirigidos, por respeito pelo próprio Regimento e pelos restantes Deputados Municipais.

Mas peço-vos também que respeitem o Regimento nomeadamente nos tempos de intervenção. As percentagens estão estabelecidas pelos eleitores:

Se não estou em erro, o PS tem 72,9 %, o PSD 13,5%, o CDS e os Independentes tem também 13,5%, ou seja 2,7% cada um.

E é essa percentagem que deve ser utilizada nos tempos de intervenção, a exemplo do que acontece na Assembleia da República e noutros areópagos da mesma natureza como, por exemplo nas Assembleias Municipais de Vila Nova de Cerveira, Seia, Águeda, Coruche, Castelo de Paiva e outras, em que a regra é a da percentagem obtida nas eleições.

Se necessário recorrerei para a Assembleia ou convocarei uma conferência de líderes dos Grupos Municipais para acertarmos esses tempos e para cumprirmos o Regimento que, neste particular, não sofreu qualquer alteração em relação aos anteriores em que o PS era minoritário.

3ª nota - Tentarei dar mais eficácia a esta Assembleia. Eficiente tem sido mas com custos demasiado elevados em termos de imagem pública. E ser eficaz é ser eficiente mas com menores custos.

Como sabemos, custa muito sair daqui às quatro da manhã ou às quatro da tarde, como já aconteceu, numa demonstração de enorme ineficácia, não sendo prática que se aconselhe ou sequer seguida noutras Assembleias. E nesta também não deve ser seguida. A menos que a Assembleia, por maioria, esteja

de acordo com o arrastar das discussões e então aceitarei a vossa decisão. Mas, a ser assim, debateremos e votaremos essa violação do Regimento que terá de ser alterado em conformidade.

Recordo que há regimentos que preveem tempos globais inferiores ao nosso, como Trofa, com quarenta e cinco minutos para o período de Antes da Ordem do Dia, ou noventa segundos para cada membro falar, como, por exemplo, Vila Nova de Foz Côa.

E nós não queremos estas limitações extremas que limitariam fortemente a oposição e os independentes em situação muito minoritária nesta Assembleia.

Estaremos atentos a essas situações pelas quais já passámos e devo dizer-vos que respeito mais alguma inexperiência fruto de intervenções sinceras e autênticas do que outras mais fluentes mas também mais capciosas.

4º nota final - Peço-vos, também como eu próprio farei, que não tentem responder logo de imediato em relação a cada intervenção só porque é rebatido um argumento acabado de expor.

Nesses casos não há razão para tentar tirar desforço muito menos invocar constantemente o direito à defesa da honra.

Devemos responder respeitando a ordem de inscrição, o que me parece ser de todo o interesse dado que teremos mais tempo para serenar os ânimos e evitar a prática de respostas diretas que em muito degradou a Assembleia nos últimos tempos e com prejuízo de todos.

A defesa da honra tem regras e só deve ser utilizada quando algum Membro da Assembleia entra na esfera privada (entenda-se; pessoal) de cada um e não para tentar rebater, de imediato, um argumento político eventualmente improcedente. Isso não é defesa da honra.

5ª e última nota - Para acabar, e utilizando os poderes que os Srs. me deram, peço-vos que daqui em diante façamos política e deixemos de discutir pessoas.

Lembrem-se daquele provérbio que diz, “As grandes inteligências discutem as ideias, as inteligências médias discutem os acontecimentos, só as inteligências pequenas discutem as pessoas”.

Discutir pessoas é vingança, e a vingança torna-nos iguais, só a compreensão faz de nós superiores.

E já que estamos no plano da sabedoria, lembrem-se ainda o que nos disse Voltaire a este propósito, “Quando a discussão se prolonga ambas as partes estão erradas”.

Por isso vos peço que não prolonguemos a discussão entre pessoas porque isto é uma Assembleia e não um palco de atores.

E uma das prerrogativas que exercerei, com empenho, é a de evitar discussões pessoais intermináveis que não conduzem a nada e que desconsideram profundamente esta Assembleia.

Diz o Regimento no seu artigo 30º que são deveres dos Membros da Assembleia, contribuir para a eficácia e o prestígio dos trabalhos da Assembleia. Se discutirmos mais as ideias políticas serviremos melhor o nosso Concelho, cumpriremos o nosso dever e contribuiremos mais para o seu prestígio desta Assembleia, como prometemos fazer e como ela e o Concelho merecem.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Sr. Doutor, com todo o respeito e consideração, não lhe posso dar os parabéns por aquilo que já tinha dito antes mas mais uma vez se insistiu em meter um Ponto na Ordem do Dia sem os dois terços para o admitir. Os Senhores têm um problema com os dois terços que é uma coisa complicada. E como estamos a falar de Lei eu não sei como é que o Senhor pode começar bem o mandato em cima de uma ilegalidade. Mas cada um tem lá as suas opções!

Artigo 19º - objeto das deliberações – Só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na Ordem do Dia da reunião, salvo se tratando-se de reunião ordinária pelo menos dois terços dos membros reconhecerem a urgência da deliberação.

Alguém a reconheceu aqui?

Artigo 50º da Lei 75/2003 – Tratando-se de Sessão Ordinária do Órgão Deliberativo e no caso de urgência reconhecida por dois terços dos seus membros podem os mesmos deliberar sobre assuntos não incluídos.

Artigo 18º desta Assembleia – Só podem ser objeto de deliberação os assuntos incluídos na Ordem do Dia. Tratando-se de Sessão Ordinária e em caso de urgência reconhecida por dois terços dos membros pode a Assembleia deliberar sobre assuntos não incluídos.

Não foi feita a admissão do Ponto como não foi na Sessão anterior. Se isto é a democracia e se é esta a democracia que o Partido Socialista e o Senhor querem impor cá nesta Assembleia, eu... está aqui a Lei não fui eu que a fiz e já disse isto muitas vezes.

Como é que pode haver Grupos Municipais se o Senhor acabou agora de ser empossado. Eu estive aí quatro anos e meio e os Grupos Municipais têm de ser comunicados ao Presidente da Assembleia e a mim nunca ninguém me comunicou que estava constituído um Grupo Municipal. Infelizmente!

Quanto ao bem dito Regimento: Senhor Doutor, há uma ata do dia dezoito de outubro, que foi a nossa tomada de posse, há uma ata de novembro onde o assunto foi discutido e em dezembro. O que foi pedido ao Senhor Doutor está lá nas atas e foi para tratar do Ponto da Ordem do Dia com o público, foi o continuarmos depois da meia-noite e foi o falar cinco minutos ou mais de cinco minutos. Ninguém me encomendou mais do que isso. E já que estamos nisto o Senhor doutor traga-me um só Regimento que seja nesta País que não tenha a Moção de Censura e o António Lopes faz-lhe a vontade e não entra mais nesta porta.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Manuel Mendes Correia, que fez a seguinte declaração de voto:

“Senhor Presidente, eu só queria justificar a ausência do Grupo do PSD num ato. Esta ausência não é um desrespeito por esta Assembleia mas é uma ausência de um ato que não consta da Ordem do Dia nem lá foi introduzido. E só por isso é que nos ausentámos.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Quero cumprimentar a Mesa. Por enquanto ainda temos um Presidente e vamos ver se vamos ficar com um ou se ficamos com dois.

Trago aqui alguns pontos nomeadamente a não inclusão na Ordem do Dia da votação para a nova Mesa.

Mas tenho aqui algumas questões e considerações que eu gostaria de ver respondidas.

Uma das questões é relativa aos licenciamentos urbanos e industriais do nosso Concelho: Como é do conhecimento de todos foram tornadas públicas notícias que parecem levantar suspeitas ou dúvidas sobre situações menos corretas no que diz respeito aos licenciamentos urbanos e industriais no nosso Concelho. Afinal o que é que se passa?

Não podemos deixar estas dúvidas no ar. E em nome da legalidade e da transparência é imperativo e é urgente esclarecer rapidamente estas situações. E,

nesse sentido, eu gostaria que o Sr. Presidente da Câmara se pronunciasse sobre essas notícias.

Outra questão tem a ver com o pedido de indemnização que um promotor turístico pediu à Câmara Municipal: Também aqui denotamos a nossa preocupação sobre uma notícia que também foi veiculada na Comunicação Social onde se refere um pedido de indemnização de um promotor turístico à Câmara Municipal num valor aproximado de um milhão de euros por danos causados no atraso do deferimento do Alvará de construção do seu empreendimento turístico que se sita nas Caldas de São Paulo.

Esta situação, como é de imaginar, poderá causar grande impacto na Câmara Municipal caso a Câmara perca essa ação que, decerto, irá decorrer. Poderá causar grandes e graves problemas financeiros à própria autarquia. Gostaria também que o Sr. Presidente da Câmara tivesse a possibilidade de esclarecer sobre esse assunto.

Um outro ponto tem a ver com a manutenção e limpeza da cidade: Como sabem Oliveira do Hospital é, e como sede do Concelho que é, o cartão-de-visita que nós temos no nosso Concelho e há que ter um olhar diferente no que diz respeito à manutenção dos seus espaços.

As estradas, como sabem, continuam uma lástima os passeios em muitos dos casos não existem e agora junta-se a areia na estrada. E, um pouco na brincadeira, até pensei que ia aí haver algum torneio de futebol tal era a quantidade de areia espalhada na estrada.

Como sabem eu acho que o espalhamento da areia nas principais vias da cidade foi um verdadeiro desastre. Areia, carros, passadeira e pessoas não é uma coisa muita boa. Vocês sabem que causou aí determinados problemas que poderiam ter sido problemas mais sérios. Também sei que essa areia foi colocada na estrada para proteger o alcatrão que estava a derreter.

Um outro ponto tem a ver com a necessidade de haver diminuição na despesa do Concelho. E bem!

No caso concreto congratulo-me por ver que algumas das lâmpadas do nosso Concelho e da nossa cidade já estão desligadas. Pena é que esta seja uma medida que peca pelo seu grande atraso.

Esta medida já deveria ter sido implementada há muito tempo atrás, aliás como fizeram alguns Municípios até nossos vizinhos. Poderia ter-se poupado muito dinheiro que agora até nos faz falta. Como diziam alguns amigos meus quando chegavam aqui a Oliveira do Hospital e viam tudo iluminado diziam que a crise ainda não chegou a Oliveira do Hospital.

Pelos vistos agora a crise também já chegou. Pelo menos tudo indica, nomeadamente com a não realização e alguns eventos de bandeira como as prometidas etapas da Volta a Portugal em Oliveira do Hospital.

Como sabem devido à conjuntura em que o País se encontrava e ainda se encontra, à qual Oliveira do Hospital não consegue fugir infelizmente, o PSD não era favorável à realização de alguns eventos como a Volta a Portugal, o Rally de Portugal ou outros de grande dimensão. Mas não era favorável somente porque não lhe apetecia ser ou por estar na oposição. Não o era porque sabia e tinha consciência que essas iniciativas apesar de nos trazerem alguma dinâmica, porque é verdade, traz dinâmica e traz movimento, custavam muito dinheiro. Dinheiro que poderia ser utilizado em algo mais útil para a população em geral como por exemplo esgotos, limpeza de ruas, manutenção de estradas, passeios e apoio social. Infelizmente o tempo está a dar-nos razão. Quando os recursos são escassos temos que optar pelo mais importante e não pelo que é supérfluo.

Depois temos aqui uma questão, que também acho que tem de se ver com maior profundidade, que tem a ver com as vias públicas que estão degradadas. Já não chega só a nossa estrada nacional como nós também temos algumas estradas concelhias que também não estão em situação muito boa.

Também gostaria que me explicassem o que é que se passa com a estrada que vai de Travanca para Midões, até ao campo de futebol, que está cada vez pior e mais degradada.

Pergunto também o que se pretende fazer com as estradas degradadas do nosso Concelho e com as que existem por exemplo dentro de Oliveira do Hospital, que já referi atrás, e da estrada Lajeosa/Lagos, das Vendas de Galizes/Avô/Ponte das Três Entradas, que também está com alguns buracos.

Pergunto ainda se é com este cartaz de visita que nós temos em Oliveira do Hospital, com estas estradas degradadas que se consegue promover o turismo. Também pergunto se é com este cartão-de-visita, que nem um Hotel temos em Oliveira do Hospital. Sei que já houve aí tentativas para a criação de um.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais quero cumprimentar a nova Mesa e dar-lhes os parabéns pela votação alcançada e desejar-lhes um bom trabalho.

Pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se é possível dar alguma explicação acerca da Unidade Móvel de Saúde que em tempos tanto se falou e até agora

nada apareceu pelo menos ao vivo. Como sabem agora a minha Freguesia é uma das que não tem Posto Médico e se a Unidade Móvel de Saúde funcionasse com certeza que seria uma mais-valia.

Outro ponto era sobre o abastecimento de água aos povos do Parceiro e Alentejo que em tempos o Sr. Presidente da Câmara disse ser um trabalho a efetuar pelos próprios funcionários da Câmara. Não sei se mantém essa opinião. Uma coisa é certa no tempo em que estamos, estamos ali sem água para beber e sem água para poderem tomar banho. Se calhar poderíamos aqui fazer uma comparação: Rico, muito rico, pobre, muito pobre. Uns têm tudo e outros não têm nada.

O terceiro ponto é sobre uma ETAR que funciona na minha Freguesia há cerca de três anos ou mais: Na altura foi feita a ligação parcialmente a duas fossas e as outras duas continuam a derramar a céu aberto. O povo diz que temos o que merecemos, mas se calhar nós merecemos mais.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Peço a palavra para felicitar em primeiro lugar a União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços na pessoa do seu Presidente Nuno Oliveira pela presente edição de Há Festa na Zona Histórica. Esta é uma iniciativa que ganha vigor a cada ano que passa e representa o cuidado e o esforço na preservação e dinamização da comunidade Oliveirense naquilo que tem mais de genuíno e autêntico e por isso os meus muitos parabéns a todos os elementos que constituem esta União de Freguesias.

No mesmo seguimento e no que concerne ao desenvolvimento cívico e à dinamização da nossa comunidade através da disponibilização gratuita e universal de novas valências. Há dois projetos que vejo destacarem-se e que merecem a nossa atenção. Um deles: A Igualdade Local, Cidadania Responsável, que a meu ver contribui ativamente com uma pluralidade de ações para promover a igualdade de género na esfera doméstica e no espaço público deste Concelho. Assim como o projeto MOVE-TE, que se empenha no incentivo e disponibilização de atividades desportivas e culturais de carácter gratuito e para diversas faixas etárias.

Na elaboração e concretização destes projetos felicito os Srs. Vereadores Dr. José Francisco Rolo, Prof.^a Graça Silva e Prof. Nuno Ribeiro pela preocupação e empenho que demonstram para com as causas de interesse

iminentemente social e cuja efetivação valoriza e confere valor acrescentado à comunidade do Concelho de Oliveira do Hospital.

Em último lugar gostaria apenas de fazer menção também a um projeto que está a decorrer e que já não é a primeira edição: Falo do projeto do Orçamento Participativo Jovem e que esperamos ter bastante sucesso neste ano com muita participação da juventude.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Começo, naturalmente, por felicitar a eleição da Mesa da Assembleia Municipal e desejar-lhe um bom trabalho e, como disse o Sr. Presidente, que estas Sessões passem a ser um bocadinho mais breves do que têm sido. Naturalmente discutindo tudo o que há a discutir e tendo lugar aqui a democracia que deve existir.

O que me trás aqui é um assunto que para o nosso Concelho não é muito agradável. Como sabem o Governo tem andado a anunciar que vai encerrar algumas escolas, bastantes até.

No Concelho de Oliveira do Hospital não estava previsto, ou pelo menos nunca se tinha falado, que iria encerra qualquer escola. Fomos surpreendidos agora porque consta de uma lista de encerramento de escolas a escola da Lajeosa, e era nesse sentido que eu trazia aqui uma Moção que vou passar a ler:

“Moção de repúdio do encerramento da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico da Lajeosa.

Em face da decisão de encerramento do 1º CEB da Lajeosa, cuja comunicação foi enviada pela DGEST Centro ao Município de Oliveira do Hospital na passada quarta-feira, decisão esta tomada no âmbito da reorganização da rede escolar para o ano letivo 2014/2015, levada a cabo pelo Ministério da Educação e Ciência, o Grupo Municipal do Partido Socialista de Oliveira do Hospital, vem por este meio apresentar esta Moção de repúdio contra esta decisão, com base nos seguintes factos:

- Esta decisão é apenas e só uma decisão do Ministério da Educação e Ciência e da Delegação Regional de Educação do Centro, pois esta escola foi encerrada à revelia da proposta do Município de Oliveira do Hospital que ia no sentido da manutenção do funcionamento da Escola do 1º CEB da Lajeosa;

- No presente ano letivo já tinha sido encerrada uma sala neste estabelecimento de ensino o que provocou um grande descontentamento e

contestação por parte dos pais/encarregados de educação e em toda a população;

- Os anos escolares que irão ser lecionados no próximo ano letivo são os 3º e 4º anos que, naturalmente, deviam permanecer neste espaço escolar até completarem o respetivo ciclo escolar de forma a haver continuidade pedagógica;

- Acresce o facto de nesta turma existirem dois alunos com grandes dificuldades de aprendizagem e assinalados como NEE (Necessidades Educativas Especiais) pelo que certamente que a sua mudança para outro estabelecimento de ensino colocará em causa o seu eficaz acompanhamento;

- A Lajeosa é uma localidade que deixou de ser sede de freguesia, por decisão deste mesmo Governo, no ano transato, o que causou profunda indignação na população, pelo que esta decisão vem agora certamente aumentar os riscos de desertificação e abandono desta localidade;

- Os pais/encarregados de educação da Lajeosa já demonstraram a sua profunda indignação com esta decisão e já manifestaram publicamente uma tomada de posição para que a decisão do Ministério da Educação e Ciência seja alterada;

- Mais uma vez esta decisão foi centrada em políticas economicistas, desvalorizando a qualidade pedagógica da educação, sendo manifestamente prejudicial aqueles alunos;

Pelo exposto, o Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, vem por este meio apelar ao Ministério da Educação e Ciência, que em face do erro pedagógico e social que está a ser cometido com esta decisão, que reconsidere esta decisão e mantenha em funcionamento a escola do 1º CEB da Lajeosa.

O apelo que deixamos é uma manifestação de bom senso e de defesa da qualidade educativa da escola pública não só na Lajeosa mas em todo o Concelho de Oliveira do Hospital.”

Nós gostaríamos de estar aqui como, por exemplo, Gouveia que não vai encerrar nenhuma escola no Concelho e como outros concelhos em que não vão encerrar escolas. Infelizmente, e nada previa isto, não sei que critérios é que foram tidos para esta decisão e esperamos que ela realmente não vá para a frente.

Deixo aqui esta Moção que gostava de ver votada por esta Assembleia Municipal.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro cumprimentar a Mesa e desejar um bom trabalho.

Como professor que sou a situação do ensino nomeadamente das escolas toca-me diretamente. E toca-me diretamente essencialmente pensando nas pessoas e nos pais, nos alunos, nas comunidades educativas locais. De facto é preocupante o encerramento das escolas. Hoje é a Lajeosa, amanhã poderá ser Travanca. Mas queria alertar para uma coisa que todos temos que ter consciência. É que muitos de nós temos diretamente responsabilidades nesta situação e não podemos enjeitar essas responsabilidades e culpabilizar todos os poderes políticos sejam eles de que partidos forem quando são Governo.

De facto a proposta de encerramento das escolas com menos de vinte alunos já existe há longos anos. Não é o único critério o número de alunos e eu num dos próximos anos poderei estar nesta situação.

De facto interrogo-me com algumas questões que têm que ser claramente equacionadas e que são problemas que vão além de nós e das populações locais, nomeadamente os despachos e a legislação relativamente a matriculas quer no Pré-Escolar quer no Primeiro Ciclo e que ao longo de muitos anos têm vindo a ser alteradas consoante o que dá mais jeito para os alunos se poderem matricular neste ou naquele estabelecimento de ensino. As regras do jogo têm sido alteradas ao longo destes últimos anos.

Se eu reconheço que é extremamente importante e que é legítimo o Encarregado de Educação poder matricular o seu educando no estabelecimento de ensino no qual lhe apresente um projeto educativo que lhe mereça confiança e na escola que lhe dá mais “jeito” relativamente ao seu dia a dia. Se por um lado isso é um direito, por outro lado também temos que pensar que nós com determinado tipo de práticas e com a legislação que temos permitimos que as escolas mais pequenas se vão esvaziando de alunos. Depois todos reclamamos o seu fecho.

Dou-vos o exemplo de Travanca de Lagos: Temos vinte alunos e, pasmem, na Freguesia temos quarenta e quatro do primeiro ciclo. Desses vinte alunos que andaram no último ano a frequentar o primeiro ciclo de Travanca de Lagos só um aluno é que não é residente em Travanca e por opção do Encarregado de Educação está em Travanca. O Encarregado de Educação provavelmente escolheu aquela escola como uma escola de referência e tem os seus motivos, não é por acaso que foi a terceira escola com melhores resultados

escolares no Concelho de Oliveira do Hospital. Como eu disse na festa de encerramento do ano letivo, a escola de Travanca é uma escola pequena mas é uma escola muito grande porque as escolas não se veem só pelo tamanho e pelo número de alunos que têm.

De facto toda a legislação que existe permite que isto aconteça. De quarenta e quatro alunos da Freguesia temos lá vinte. Temos de equacionar isto e temos de pensar todos que temos responsabilidades nisto. Quando eu tenho um filho e o levo para outra escola estou a colaborar e não posso por só nos outros o ónus do encerramento. Nós como autarcas temos que fazer chegar esta mensagem às pessoas e temos de fazer perceber as pessoas que também elas embora tenham o direito de matricular os filhos na escola que quiserem por outro lado também estão a contribuir para isto. Depois vamos cobrar aos poderes políticos os encerramentos das escolas. Penso que é nosso dever passar esta mensagem e alertar as populações para isto.

Temos no Pré-Escolar doze alunos mas cinco das crianças da Freguesia não andam em Travanca e andam noutras escolas. Isto com certeza que se multiplica em muitas situações de outras escolas.

Isto prende-se também com a feitura da Rede Escolar que é feita pela DGEST com a colaboração dos Municípios e nunca com a colaboração das Juntas de Freguesia que também devia ser ouvida na feitura da Rede Escolar. Tudo isto tem que ser equacionado e temos que ponderar todo este tipo de coisas.

De facto o encerramento das escolas leva a uma certa desertificação mas “todos nós”, de alguma maneira e com as nossas práticas, colaboramos para que estas coisas aconteçam.

Estou solidário com a situação da Lajeosa e estou a ver que futuramente poderá ser a minha Freguesia ou outras escolas do Concelho a estar na mesma situação. Temos que repensar isto e temos que chamar a atenção da Tutela e dos responsáveis na legislação das matrículas.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha, que fez a seguinte intervenção:

“Eu concordo inteiramente com o que foi dito. Já há muito tempo que vou falando com algumas pessoas sobre esta situação e também julgo que em grande parte a culpa também é das próprias pessoas das localidades que muitas das vezes têm lá os filhos e por interesses vários e até por ser uma forma mais prática têm por hábito tirar os filhos das escolas e leva-los para outro sítio. Às

vezes também custa ouvir algumas dessas pessoas virem criticar e dizerem que não há alunos e que a escola vai fechar quando eles próprios por interesse retiram os filhos. Alguns deles consideram que as escolas que são boas mas são boas para os filhos dos outros porque para os seus filhos já não é tão boa e preferem levar os filhos para outras escolas.

Mas também convém lembrar que esta medida é do tempo do da Governação do Partido Socialista. Não é uma medida, que se saiba, isolada e que segue a política educativa dos últimos anos. É uma questão simplesmente de reorganização e de dar as melhores condições aos alunos.

O objetivo é pedagógico e não economicista basta para isso verificar algumas situações aqui bem perto nomeadamente em algumas localidades que tinham escolas com cinco alunos, e um caso com sete alunos, em que por uma questão de ser melhor para as crianças as escolas não foram encerradas. Portanto não se pode dizer que é só puramente o dinheiro que está por trás. É óbvio que nós enquanto contribuintes também não nos interessa e toda a gente sabe que é muito bonito falar para a população porque fica bem dizer que aqueles “sacanas” andam a fechar tudo e andam a tirar-nos tudo. Pois é, mas também muitas dessas pessoas muito pouco fizeram para que as coisas se lá mantenham. Muitas das pessoas que criticam foram os primeiros a fazer e a tirar os filhos de lá.

Acho que também tem que haver um bocado de ponderação nessa questão. Concordo inteiramente quando se diz que devia haver regras novas para que não se possa matricular as crianças de uma determinada escola noutra. Tem que haver regras de prioridade porque se não vai acontecer, mais cedo ou mais tarde, e infelizmente e também com o decréscimo da população qualquer dia não há nada nas aldeias e por isso toda a gente tem que estar solidário com isso. Agora, não se pode é defender uma coisa para uns e fazer o contrário que é o que tem acontecido em muitos casos.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Vou ser breve porque como tenho dito não gosto que me mandem calar. Vou ser de facto muito rápido.

Isto é mais uma daquelas questões que eu já aqui disse, e hei de dizer mais vezes, que é da política politqueira porque se não há crianças nas escolas. Nas aldeias como é que podemos ter escolas?

Eu sou dos que defende e há um chavão que diz que “*quando se fecha uma escola que se abre uma cadeia*”. Isto é para dizer que sou contrário a qualquer encerramento de escolas.

Já aqui foi dito pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos que a mobilidade e o emprego dos pais leva a deslocar as crianças para onde mais convém. Para mim o grande problema nisto é a falta de condições para segurarmos as pessoas nas aldeias e por isso temos a situação que temos. Hoje o fenómeno demográfico e o ter filhos está muito racionalizado. Eu lembro-me que em Vila Franca éramos cem alunos e agora não sei quantos é que lá andam mas se lá andarem vinte serão muitos.

Depois quando nós aqui a nível local cortamos o subsídio da natalidade e optamos pelas festas naturalmente que isto terá algumas consequências.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. José António Gomes Guilherme, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais quero cumprimentar a Mesa e dar-lhe os parabéns por esta eleição.

Quero responder ao Sr. Deputado Nuno Vilafanha relativamente à situação, e eu conheço uma situação dessas na escola da Lajeosa, que muitos pais tiveram que deslocar os seus filhos para outras escolas porque há dois anos foi retirado o 1º e o 3º Ano. Os meninos que iam para entrar no 1º Ano evidentemente que não lhe aceitaram a inscrição. Isto para dizer que esvaziaram a escola porque os pais querem matricular os filhos nessa própria escola e não têm hipótese porque não há o 1º Ano.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Gostaria de começar por cumprimentar a Mesa e dar uma saudação muito especial a esta eleição democrática que se realizou aqui. Dr. Rodrigues Gonçalves, quero dar-lhe os parabéns. Acho, e reafirmo aqui, que o Senhor tem o perfil indicado para ser o Presidente e Gerir os destinos desta Assembleia Municipal. Acredito que outros também teriam o mesmo perfil.

Quero deixar aqui uma pequena nota introdutória:

Da minha parte e do meu Executivo que reafirmar-lhe toda a lealdade na nossa relação institucional.

Gostaria também de lhe dizer aqui, e como disse no passado, que as competências da Assembleia Municipal são umas e as competências da Câmara Municipal são outras e essa não as deixarei invadir. Tal como fiz no passado farei no presente e farei no futuro seja qual for a Mesa da Assembleia Municipal. As competências dos Órgão do Município estão legisladas.

Quando outros querem assumir competências sem terem sido eleitos para isso eu quero dizer que não quero que o Senhor me diga “Ámen”. Quero uma discussão e quero uma relação institucional onde haja realmente essa delimitação de funções porque elas estão muito bem escritas na Lei.

Dr. Rodrigues Gonçalves, faço-lhe um compromisso solene, olhos nos olhos, que trabalharemos em colaboração profícua para o Concelho e que não nos deixaremos entrar em guerrilhas que não trazem absolutamente nada de bom para o Concelho e que nos gastam o tempo e que também nos desgastam. Eu e a minha equipa estaremos sempre disponíveis desde que essas relações sejam institucionais e sejam de forma hierárquica e cumpridas dentro do que é o protocolo. Este também é o meu compromisso para convosco.

Sobre o fecho das escolas, há um problema que se coloca hoje e que o Dr. Nuno Vilafanha e o Sr. Presidente da Junta de Travanca de Lagos, e meu colega, colocaram com alguma equidade. Mas deixem-me aqui ressaltar este problema que atravessa de forma transversal, e que eu tenho vindo a defender. Claramente que cada caso e que cada escola tem de ser analisado isoladamente.

O Dr. Nuno Vilafanha veio aqui assumir, e é verdade, que o diploma dos vinte e um alunos é uma Lei de um Governo Socialista mas até agora a Lei nunca foi cumprida, porque senão haveria um maior número de encerramentos das escolas pelo país.

O problema que se pôs aqui, e o Executivo Municipal foi claro nas suas reuniões, e fizemos um relatório para a Direção Geral dos Equipamentos Escolares dizendo que defendíamos que não houvesse nenhum fecho de escolas.

Como disse também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, não podemos culpabilizar pessoas porque é uma falsa discussão. E também quero fazer uma retificação ao Dr. Nuno Vilafanha para lhe dizer que houve alguns pais que não puderam matricular os seus filhos porque não havia turmas de 1º e 2º Ano na Escola da Lajeosa devido a uma política de estratégia de diminuição de alunos.

A escola de hoje não é a mesma do meu tempo! No meu tempo um professor tinha cinquenta alunos e os quatro anos (1ª, 2ª, 3ª e 4ª classe).

Quero também dar os parabéns ao futuro Presidente do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, Prof. Carlos Carvalheira. È com muito orgulho e com muita honra que lhe quero dar os parabéns pela sua eleição. Penso que vai tomar posse na próxima segunda-feira.

Também quero dizer que não vale a pena fazermos política com a Educação. Temos que ser claros. Os interesses dos alunos e dos pais têm que se centralizar nesta discussão.

Temos vindo a encontrar soluções como por exemplo o Centro Escolar de Nogueira do Cravo que proporciona qualidade aos nossos alunos.

A Câmara Municipal, através da sua Vereadora, fez proposta concretas e defendeu claramente que a escola da Lajeosa não podia encerrar este ano. Contudo não púnhamos de parte a hipótese de ela vir a encerrar mais tarde porque iriam sair os alunos do 4º ano e ficaria um número muito reduzido com o 3º Ano.

O que eu sinto no povo da Lajeosa, nos membros da Assembleia de Freguesia, no Presidente da Junta e também nos pais foi o seguinte: Porque é que nos escolheram a nós e não escolheram outras escolas que têm mais ou menos as mesmas características. Aqui é que foi o problema.

Peço à Dra. Cristina Oliveira na qualidade de Diretora da Direção Geral da Educação do Centro para interceder junto do Sr. Secretário de Estado, e eu sei que não é fácil, para ver se conseguia reverter esta situação e para manter a Escola da Lajeosa mais um ano em funcionamento. Penso que era importante fazermos isto e deixarmos que os alunos terminem o seu ciclo escolar na Escola da Lajeosa.

Também quero dizer o seguinte: Ainda bem que este Executivo Socialista proporciona Incentivos à Natalidade, que foi aprovado por todos os Vereadores, porque antigamente nos Executivos do PSD não havia nenhum Incentivo à Natalidade. Também quero dizer que nunca vi aqui ninguém criticar os abonos e os apoios às famílias carenciadas que este Governo tem destruído constantemente. A política de natalidade deveria ser assegurada a nível nacional mas eu e outros Presidentes de outros Municípios fazemos este Incentivo à Natalidade que é um projeto muito bem conseguido e reajustámo-lo porque não queremos prometer muito para depois pagarmos pouco. O acerto a este Incentivo à Natalidade estava previsto no regulamento e nós todos os meses honramos os nossos compromissos e todas as mães recebem o seu subsídio. Este ano gastaremos cerca de cento e cinquenta mil euros com este Incentivo à Natalidade, demonstrando que Oliveira é um Concelho com vitalidade.”

De seguida efetuou-se a votação da Moção de repúdio do encerramento da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico da Lajeosa que foi aprovada por maioria com cinco abstenções.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. José António Gomes Guilherme, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção é referente ao encerramento da Escola do 1º Ciclo da Lajeosa e trago aqui um apontamento escrito que vou passar a ler: “Ao tomarmos conhecimento de que, por decisão do Ministério de Educação e Ciência, a escola do 1º CEB da Lajeosa vai encerrar, no próximo ano letivo 2014/2015, a União de Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa vem manifestar o seu desagrado e discordância por ta decisão porque não percebemos quais os critérios para a decisão do encerramento da Escola da Lajeosa.

Para onde irão os meninos da Lajeosa? A Escola do 1º CEB de Oliveira do Hospital, escola que já recebeu no ano anterior as crianças da Lajeosa, está sobrelotada, não conseguindo albergar mais alunos, onde as turmas do 3º ano e 4º ano têm já alunos do ensino especial e com mais de vinte alunos.

Onde está a preocupação de continuidade pedagógica e acompanhamento dos alunos do Ensino Especial? Perguntamos ainda, o que vai acontecer aos nossos alunos? Qual o apoio que vão ter? O que vai acontecer à localidade da Lajeosa com mais esta decisão?

A sede de Freguesia foi-lhes tirada e agora a escola!

Querem levar-nos a um processo de desertificação acelerado. Mais uma vez sentimo-nos profundamente enganados e prejudicados, tanto mais porque a qualidade educativa proporcionada aos nossos alunos está colocada em causa.

Os pais/Encarregados de Educação sentem-se indignados e com toda a razão.

Não entendemos esta decisão e tudo faremos para que haja uma tomada de posição da população para que a decisão do Ministério da Educação e Ciência seja alterada.

Deste modo, e porque acreditamos no bom senso e no diálogo, solicitamos a solidariedade dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal para com a população da Lajeosa e apelem ao bom senso do Ministério da Educação e à Exma. Delegada Regional dos Estabelecimentos Escolares para recuarem nesta decisão.”

Aproveito estar aqui também a Sra. Vereadora e Delegada Regional dos Estabelecimentos Escolares para lhe pedir, mais uma vez, para que interceda. Eu ontem tive uma reunião com a Sra. Delegada e ela manifestou a sua boa vontade relativamente a esta questão. Eu queria aqui pedir-lhe mais uma vez para que interceda junto do Sr. Ministro para que a Escola da Lajeosa não feche para bem dos meninos da Lajeosa e para bem da Lajeosa. Pedia encarecidamente para que no ano letivo 2014/2015 a escola da Lajeosa se mantivesse aberta.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Em relação à questão levantada pelo Sr. António Lopes e pelo Sr. Dr. Luís Correia, de ser inserida ou não na Ordem do Dia a questão da eleição da Mesa, eu quero dizer o seguinte: Deem-nos o benefício da dúvida de considerar que isto foi estudado. Foi estudado nós eventualmente não poderemos ter a certeza porque como calculam não podíamos por na Ordem do Dia Eleição da Mesa porque a Mesa existia e estava em funcionamento. Isto é a posição de uma parte da doutrina. A Mesa estava a funcionar. Os membros da Mesa: o Sr. Presidente da Mesa estava na qualidade de substituto; O Primeiro Secretário estava na qualidade de substituto. Não havia razão nenhuma para agendar num Ponto da Ordem do dia a eleição da Mesa.

Há aqui uma questão de fundo que é o seguinte: Onde é que há uma grande diferença entre mim, ou entre a minha posição, e a dos Juristas que estudaram isto e a vossa, é que os Senhores acham que isto é ilegal. Eu não acho que seja ilegal e a questão é esta. Os Senhores acham que é finalmente ilegal e que não há volta a dar. Já o Sr. António Lopes tem uma maneira de ver nesse aspeto: É ilegal. Como que o Senhor fosse um tribunal. Deixa lá isto para os tribunais. Os tribunais decidirão isso.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Vou tentar ser sintético e responder aqui a algumas questões.

Em primeiro lugar queria fazer aqui um elogio público ao Sr. Presidente e à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços por este projeto muito bem conseguido da Festa na Zona Histórica e também por alguns projetos que foram lançados. Ao Presidente da Junta, ao Nuno Filipe queria aqui deixar uma palavra por esse sucesso e fico bastante contente por continuar este projeto de uma forma sempre evolutiva.

Sobre os licenciamentos urbanos industriais queria dizer o seguinte: Hoje é um grande dia para esta Assembleia e para este Concelho não pela eleição de uma nova Mesa da Assembleia Municipal, não pela eleição do Dr. Rodrigues Gonçalves mas porque hoje está aqui um assunto que este Executivo foi capaz de resolver. Está aqui a equipe do PDM porque hoje vamos aprovar definitivamente o PDM de Oliveira do Hospital que vai garantir a resolução de muitos problemas desses licenciamentos urbanos industriais que vêm do passado. Por isso eu hoje congratulo-me porque há industriais que tinham esses direitos, na minha opinião, de pedir indemnizações à Câmara Municipal. E sabem porquê? Porque lhes permitiram construções em determinadas zonas.

Havia alguém que queria agendar políticas de licenciamentos urbanos e industriais. Eu não sei o que é isso de políticas de licenciamentos urbanos e industriais? Se não estivesse lá a palavra políticas eu até poderia saber, porque essa é uma competência da Assembleia da República. Eu aqui obedeco a um conjunto de pareceres que são técnicos. Há um Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e há um conjunto de Leis. Os técnicos emitem os seus pareceres. E a função do Presidente da Câmara é ler os pareceres e também tem como função arranjar soluções dentro da Lei para esses promotores. As regras do licenciamento estão no Regime Jurídico que nós cumprimos.

Com a aprovação deste PDM há muitos projetos e obras que foram construídas que ficam resolvidas.

Os nossos Municípes não têm culpa que o nosso País funcione a uma velocidade lentíssima porque este processo começou em 2000 e vai hoje terminar aqui.

Tenho um grande orgulho nesta equipa, que pode dizer e que são testemunhas, pelo trabalho fantástico que foi realizado e também das posições que foram tomadas e que nem sempre foram pacíficas.

Hoje temos que aprovar o PDM porque vai sair legislação nova e que pode fazer com que o processo do PDM volte outra vez ao ano 2000. Eu não quero estar à espera outra vez catorze anos para que as pessoas possam legalizar as suas indústrias.

Muitas das vezes também não estive de acordo com os técnicos e este PDM também não representa aquilo que o Presidente do Município pensa mas é o resultado de um conjunto de pareceres técnicos. Também sei que com este PDM não resolvemos os problemas todos.

A competência do licenciamento é da Câmara Municipal mas a Câmara Municipal delegou-me essa competência mas mesmo assim em todas as reuniões de Câmara eu levo todos os projetos, deferidos ou indeferido, para que se possa ver como é que estão os processos.

Como sabem eu estou completamente à vontade porque pedi à Inspeção Geral de Finanças, tal como tinha anunciado, uma auditoria sobre um conjunto de matérias que foram postas em causa. Essas matérias serão analisadas e o relatório virá aqui e depois veremos quem tem razão.

A Câmara Municipal só tem uma política nos Licenciamentos Urbanos e Industrias que é a política da transparência e do cumprimento da Lei.

Sobre o pedido de indemnização da CRAPTUR eu acho que o seu promotor tem toda a legitimidade em fazer esse pedido. Eu acho que qualquer pessoa que se sinta prejudicada por qualquer ato administrativo do Município tem o direito de pedir a indemnização que entender e para isso é que existem os Tribunais. Se me perguntarem qual é a minha perspectiva direi que o promotor não tem razão mas não é aqui que vou argumentar. Mas quero dizer ao Dr. Nuno Vilafanha que não será este processo que tirará a sustentabilidade financeira à Câmara Municipal.

Quero dizer-lhe que achei muito interessante a sua intervenção a propósito da diminuição da iluminação pública e a propósito da equipe multidisciplinar que criámos. A equipe multidisciplinar que criámos para a eficiência energética tem feito este trabalho. Fez estudos tem havido reuniões com os Presidentes de Junta e tem havido negociações duras. Mas digo-lhe: Os Senhores do PSD não podem vir aqui fazer insinuações sobre um passado que vos pertence pelo menos politicamente. O que é grave é andarmos, agora, a pagar iluminação pública em terrenos que são privados e que davam votos.

O que fizemos foi um estudo e, como sabe, esta medida da eficiência energética não é uma medida fácil e os Senhores Presidentes de Junta, que estão aí, sabem, mas neste momento estamos a recuperar na iluminação pública cerca de oitenta mil euros. Este trabalho é feito em conjunto com os Presidentes de Junta.

Sobre o estado de conservação das estradas eu acho que há uma via que se encontra bastante degradada que é a estrada Lajeosa/Lagos. Como todos sabem neste momento a atividade autárquica está diminuída mas eu acredito que esta situação se vai resolver.

Ninguém me perdoaria se eu lançasse obras para que depois a Câmara Municipal não tivesse sustentabilidade financeira.

Neste momento estamos a finalizar a obra na estrada de Lourosa até ao limite do Concelho e por isso quando houver condições financeiras a estrada Lajeosa/Lagos será a uma estrada prioritária para ser retificada e melhorada até para que se possa unir mais Lagos e a Lajeosa porque eu combato aquilo que este Governo fez que foi criar um conjunto de relações difíceis com a extinção das freguesias.

Sobre a Volta a Portugal e sobre o Rally Cidade de Oliveira do Hospital eu quero dizer-lhe que estou na política para tomar decisões e não tenho medo de as tomar porque o que de pior pode acontecer a um político é o medo de tomar decisões.

A Volta a Portugal, hoje, é um acontecimento grande e há muitos Presidentes de Câmara que a disputam com verbas muito elevadas e eu achei que não tínhamos condições financeiras para ficar com a Volta a Portugal apesar de continuar a pensar que era um grande acontecimento para Oliveira do Hospital e que o vejo perder com muita pena porque era um acontecimento que nos projetava.

A minha estratégia política foi segurar o Futebol Sénior. Ninguém perceberia se eu tirasse o Futebol Sénior e eu quero que o meu Concelho continue com o Futebol Sénior e com a qualidade que ele tem.

Enquanto outros criticam os relvados sintéticos. Enquanto outros criticam subsídios, sendo até dirigentes dos clubes, encontram um Presidente que é capaz de prescindir de um evento importante mas considera que o que é mais importante é a vida do Concelho. Também quero acrescentar que mantemos o Basquete, o Ténis de Mesa e outros desportos e não é só o futebol.

Também quero dizer ao Dr. Nuno Vilafanha que não me responsabilizo por causa do fecho do Hotel São Paulo. Só me faltava esta! Eu tenho sido parceiro na mesa das negociações e o Presidente da Câmara tem tido um grande empenho mas ainda falta aqui limar algumas coisas que às vezes demoram tempo. Digo-lhe que o projeto para remodelar o Hotel está feito pelos proprietários mas ainda falta um entendimento que ainda não consegui encontrar.

Sobre a Unidade Móvel quero dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gião que é verdade que esta Unidade de Saúde Móvel já devia estar no terreno e a freguesia de São Gião deveria ser uma das prioritárias. O problema que se coloca é que nós tentámos que a despesa seja tripartida pela Câmara Municipal, pela Fundação Aurélio Amaro Dinis e pela Administração Regional de Saúde. Temos que colocar esta Unidade de Saúde

Móvel a funcionar nem que tenha que ser a Câmara a assumir a parte respeitante à Administração Regional de Saúde e ao Governo Central porque este é um papel determinante na qualidade de vida das nossas populações e sobretudo daquelas que são mais periféricas. Eu quero que haja cuidados de saúde iguais para os ricos e para os pobres e nós sabemos que hoje em Portugal também morre quem tem dinheiro mas nós sabemos que hoje as condições de saúde têm sido degradadas por um conjunto de problemas económicos do País e nós devemos ajudar. Por isso estamos num novo ciclo político e numa nova forma de ver a política e aqui é que é importante a vossa visão e perceber o que é que é importante hoje para as pessoas e esquecermo-nos mais das obras físicas. Há obras físicas que são justas e eu congratulo-me porque foi aprovado na reunião de ontem, sexta-feira, os pagamentos que cada pessoa tem que fazer para ligar a água e o saneamento na Moita, Formarigo e Carvalha. E também ficou aprovada por unanimidade a minha proposta de que quem não tivesse condições financeiras que o nosso Gabinete de Ação Social deve fazer um relatório e devemos isentar essas pessoas e também foi aprovada a possibilidade para efetuarem o pagamento por várias vezes. Temos medidas que são de acordo com a realidade que temos no Concelho. Alterámos o projeto para que o depósito que abastece a Moita, Formarigo e Carvalha ficasse mais alto para poder servir também o Parceiro. O que nós precisamos não é uma obra de muitos custos porque ela será executada por nós e penso que teremos condições para levar já no próximo ano água para estas pessoas porque mesmo que sejam localidades com um número de pessoas reduzido elas devem ter os mesmos direitos dos que vivem na Cidade de Oliveira do Hospital.

Sobre a ETAR eu gostaria de dizer o seguinte: As ligações técnicas não acontecem só em São Gião, acontecem também em Meruge, Travanca de Lagos e num conjunto de sítios onde há fossas. Os investimentos em Oliveira do Hospital ultrapassam os dois milhões e meio de euros e o Conselho de Administração das Águas de Zêzere e Côa diz que neste momento não há possibilidades e que não têm dinheiro para lançar estas obras que estão no Caderno de Encargos. As Águas de Zêzere e Côa garantiram-me que estes problemas vão ser resolvidos mas teríamos que fazer estas obras por fases. Quando já temos as ETAR's prontas a funcionar eu penso que essas ligações técnicas têm que ter prioridade absoluta.

Ao Deputado André Pereira quero dizer-lhe que sobre o projeto, muito bem conseguido, da Cidadania Responsável tem que dar os parabém ao Vereador José Francisco Rolo e também a toda a equipe da Ação Social e

também à Vereadora Graça Silva porque houve um sucesso tremendo com estas marchas, com seiscentas pessoas.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“O que me traz aqui e que não posso deixar passar em claro é a atribuição da Bandeira Azul a Alvôco das Várzeas. A Câmara e a Junta de Freguesia estão de parabéns.

Acredito que foi um trabalho fácil demais porque Alvôco das Várzeas tem as melhores águas da Europa e tem uma beleza ímpar. Difícil vai ser mante-la porque é preciso muito esforço da parte da Junta e da Câmara.

Às vezes não se pode pensar em poupar trezentos ou quatrocentos euros em areia e para o ano perdemos a praia.

Também não estou contente por Alvôco das Várzeas ter a única praia do Concelho com Bandeira Azul. Eu queria sete ou oito bandeiras. È um trabalho que temos que desenvolver.

Alvôco ganhou por mérito próprio e pela beleza ímpar e pelas melhores águas que temos a nível da Europa. Este é um ponto que eu não podia deixar passar em claro porque a minha terra é Alvôco da qual eu me orgulho.

Tenho aqui um outro ponto que é sobre as estradas: Continuamos a ter um IC no meio do pinhal. Temos uma Estrada Nacional 230 entre Vendas de Galizes e a Covilhã que está pessimamente, mais degradada entre Vendas de Galizes e o termo do Distrito que é no Parente e temos a Estrada Nacional 17 que continua do mesmo modo que toda a gente que passa vê. Eu pedia à Câmara Municipal que junto do Governo deste País que intervenha e que arranje soluções para este problema.

Também quero perguntar ao Sr. Presidente da Câmara como é que está o projeto das caminhadas para Alvôco.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, que fez a seguinte intervenção:

“Permitam-me em primeiro lugar trazer este tema e como habitante de São Paio de Gramaços assim achei que o deveria fazer.

Congratulo-me, naturalmente, com a envolvimento do Município num trabalho conjunto com o Grupo SONAE no âmbito da continuidade desta empresa e da sua ampliação em que está em causa um investimento de cinquenta milhões de euros.

Um trabalho que tem envolvido vários intervenientes ao longo de alguns meses. As partes envolvidas, a Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense, a Freguesia o Município e o próprio patrão da SONAE, o Eng.º Belmiro de Azevedo, que chamou a si a defesa da “menina dos seus olhos”, como ele costuma dizer.

A importância deste investimento é ainda mais significativa quando está em jogo a criação de uma unidade única na Europa, o aumento da capacidade de produção e, não menos importante, a criação de alguns postos de trabalho.

Sr. Presidente, quando se diz por aí que não se atrai investimento para este Concelho, mais uma vez tenho que dizer que me congratulo com o trabalho realizado.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“São vários assuntos que aqui me trazem hoje. Alguns deles já foram aqui abordados e respondidos mas gostaria de os abordar mais uma vez.

Em primeiro lugar começo com uma palavra relativamente às últimas eleições europeias que tiveram novamente um record no que à abstenção concerne no nosso Concelho. Isto deve fazer refletir todos os agentes políticos, incluindo nós aqui nesta Assembleia, e pensar até que ponto não termos contribuído para este distanciamento entre a classe política e os seus eleitores.

Felicitar ainda o facto de o nosso Concelho ter sido contemplado recentemente com uma Bandeira Azul, como aqui já foi abordado, na praia fluvial de Alvôco, que irá certamente constituir um fator extra para atrair mais banhistas para que possam usufruir desta com maior segurança e qualidade. Fico feliz por esta conquista tanto mais que há quase dois anos tive o prazer de defender esta aqui.

Gostaria de aproveitar esta deixa relacionada com o turismo para deixar uma sugestão: Tendo em conta o aumento significativo que se tem verificado de turistas que visitam e que se deslocam à Universidade de Coimbra em virtude da sua recente classificação como Património Mundial da Humanidade venho propor, Sr. Presidente, para que sejam feitos alguns esforços no sentido de serem promovidas ações promocionais junto a esta ou para que sejam simplesmente colocadas informações turísticas relativas ao nosso Concelho e Região da Beira Serra. Penso que seria uma forma interessante de dar a conhecer o nosso Concelho e atrair estes turistas para visitarem o nosso Concelho.

Gostaria de deixar uma palavra sobre a novela que se tem vivido em torno da construção do empreendimento turístico das Caldas. Não vou falar sobre questões de justiça, isso compete aos tribunais como aqui também já foi referido, nem tão pouco estou aqui para fazer a defesa do promotor, mas compete-me falar do facto político e sobre este penso que a gestão deste *dossier*, na minha modesta opinião, não tem sido da forma mais sensata. Ora vejamos: Como o Sr. Presidente deveria ser um parceiro e tentar chegar a consensos com o promotor, vem acusá-lo de que se anda a divertir, segundo o que li na comunicação social, e criar à volta deste um *fait d'iver*. Ora, apenas o promotor fez um pedido de indemnização à Câmara pelos prejuízos decorrentes do arrastar deste processo. Pedido este que, aliás, está no seu total direito. Quando estamos todos de acordo de que aquele projeto pode vir a ser uma mais-valia para o Concelho, quer pelo número de empregos que eventualmente vai criar, que pelo aumento de dormidas que o nosso Concelho possa oferecer, e que tanta carência revela neste momento, não deveríamos andar, como o povo diz, a colocar mais achas para a fogueira mas sim fazer todos os esforços possíveis para que se chegue a um ponto de entendimento.

Trago também uma preocupação que está relacionada com duas das nossas principais coletividades desportivas que são o Basquete e o Futebol Clube de Oliveira do Hospital. É público que o Sr. Presidente em virtude de contingências orçamentais vai ter que fazer ajustes e cortes nos subsídios anuais e tendo em conta declarações recentes dos seus Presidentes que afirmaram que com os cortes que tenciona aplicar não vão poder continuar à frente destas instituições bem como não vão ter qualquer hipótese de participar nos respetivos campeonatos. Gostaríamos de saber se tenciona de facto aplicar estes cortes, na ordem dos 30% a 37%, ou por outro lado, vai repensar nas percentagens dos cortes a aplicar.

Gostaria também de lhe perguntar se não acha que deveria haver aqui alguma flexibilidade e de se começar a pensar nos custos/benefícios de cada uma destas instituições e haver aqui antes uma diferenciação positiva entre as instituições desportivas.

Gostaria, também, de alertar o Sr. Presidente que foram colocadas recentemente novas máquinas de manutenção físicas no Parque do Mandanelho. Eu acho que se deveria ter aproveitado esta oportunidade para serem colocados também no Parque do Mandanelho bem como no Parque Infantil do Café Central baloiços para crianças com mobilidade reduzida. Penso

que seria uma forma interessante de tornar aqueles espaços mais inclusivos criando igualdades nas condições de acesso a estes equipamentos lúdicos.

Finalmente, não gostaria de concluir sem antes deixar mais uma sugestão e que tem a ver com a possibilidade de ser construída uma Ciclovia e via pedonal entre a Bobadela e a Catraia passando por Oliveira, que o Sr. Presidente comprometeu aqui no mandato anterior que estaria com ideias de o fazer. Penso que seria uma forma interessante de aproximar a Freguesia da Bobadela (que tem muitos e bons motivos para ser visitada) ao centro da Cidade e esta à Catraia. Penso que seria um projeto interessante tanto mais que existem muitos amantes das caminhadas ao final do dia e que já fazem alguns destes percursos mas fazem-no infelizmente pelas bermas da estrada com os perigos que isso acarreta.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Verifico este novo figurino. O Sr. Presidente da Câmara vai passar a falar duas vezes. Já falou quarenta minutos da primeira vez e deduzo que vai falar mais quarenta na segunda vez e fiquei aqui baralhado com a sua preocupação de fazermos a Ordem do Dia numa hora.

Depois do Sr. Presidente falar quarenta minutos, naturalmente que eu espero que ninguém me mande calar, porque a Lei existe para todos embora eu já me tenha a percebido que estamos mais perante a razão da força do que da força da razão. Mas também há quem diga que a razão no fundo de uma cova tem mais força do que um exército em cima da terra.

O Sr. Presidente também pedia para nos deixarmos das picardias de ordem pessoal. Eu não me lembro de alguma vez ter feito isso. Eu falo dos atos e das atitudes políticas porque a vida de cada um não me preocupa muito, nem o mandato que os Oliveirenses me deram foi para andar a falar na vida das pessoas, foi para andar a tratar dos assuntos do Município.

O Senhor disse que eu falava um terço do tempo mas pelos vistos não falei o bastante porque os Senhores continuam com muitas dúvidas sobre as Leis, mas não vamos entrar nisso porque eu também quero deixar aqui dito que tudo o que aqui for feito que eu considere ilegal e depois da aprovação da ata vai para a Direção Geral das Finanças e para o Tribunal Administrativo. Não é uma questão de quezília é uma questão de respeito democrático por esta Assembleia e por este Concelho. Se as pessoas pensam que por eu estar aqui sozinho e porque votam e porque têm a maioria, o tempo dirá se é assim. Isto

não é nenhuma ameaça, isto é a defesa de princípios básicos da democracia pela qual muita gente morreu. Aqui é muito Frei Tomás “*olha para o que eu digo e não olhes para o que eu faço*”, mas isso comigo vale o que vale.

Efetivamente eu pedi os documentos e eu não faço suspeições eu peço esclarecimentos porque é isso que o Regimento diz e eu pedi que se fizessem acompanhar os esclarecimentos com documentos públicos e com assuntos que foram discutidos na Câmara Municipal e que me deixaram dúvidas. Eu não desrespeito ninguém e, já que vou acabar o meu mandato como Presidente da Assembleia, quero deixar as coisas sem dúvidas. Eu nunca disse que são desonestos porque para mim a honra das pessoas vale muito dinheiro. Nunca ninguém me ouvirá dizer, nem por escrito nem por palavra, o que quer que seja contra a honra de ninguém enquanto eu não tenha a certeza daquilo que estou a afirmar. Eu nunca disse que o Sr. Presidente da Câmara é desonesto nem aqui nem em lado nenhum.

Há documentos da Câmara sobre os quais eu tenho determinadas dúvidas e eu acho que tenho o direito de as esclarecer. Se já não há políticas de ambiente, se já não há políticas de licenciamento, se já não há políticas desportivas e se já não há políticas de saúde, o Senhor chame-lhe lá o que quiser porque eu já lhe mudei o nome. Eu já suspeitava disso porque eu já não ando aqui há dois dias e já mudei a situação.

Face à recusa de entrega de um conjunto de documentos solicitados em dezasseis de maio de dois mil e catorze, nos termos da alínea e), do artigo 2º do Regimento desta Assembleia, requeiro à Mesa a apreciação da recusa da prestação de informações, nos termos da alínea f) do mesmo Regimento.

Nos termos do artigo 26º, alínea e) do Regimento desta Assembleia requeiro à Mesa desta Assembleia a inclusão de um Ponto para discussão visando o debate da política de Urbanismo do Município de Oliveira do Hospital.

Face a notícias publicadas a partir deste Município atentatórias do bom nome do signatário requeiro à Mesa, para efeitos de registo em ata a junção de uma declaração de não dívida à Fazenda Nacional por contribuições e imposto (por acaso só tenho os comprovativos dos pagamentos mas prometo juntar na segunda ou terça-feira a declaração de não dívida) e uma Certidão do Registo Comercial da Fiper – Fiação de São Pedro, Lda onde se atesta que nunca fui sócio e onde não exerço funções de gerência desde quinze de outubro de dois mil e dez.

Para se mexer com o Sr. António Lopes, as pessoas que sabem da minha vida pelos vistos sabem pouco e como a conversa é o roubo do tempo, estão aqui os documentos para apresentar à Mesa.

Também quanto à questão do falido, falei aqui na Assembleia passada que ia fazer um financiamento de setecentos mil euros, se os Senhores Jornalistas quiserem verificar, também foi feito ontem.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. António Lopes, eu queria-lhe pedir para não contribuir, não por mim, para o desrespeito com os seus colegas que falaram cinco minutos e que com certeza também queriam falar mais tempo.”

Seguidamente o Sr. Deputado, António dos Santos Lopes retomou a palavra e continuou a sua intervenção:

“Eu acho que já esclareci essa questão do tempo. Sr. Presidente tenha paciência, eu prometo que depois compenso nos outros Pontos.

Como ponto prévio, quero declarar que entendo ilegal esta Assembleia, porque não é dirigida pelo seu legítimo presidente. E porque o legítimo Presidente tem a responsabilidade pela legalidade, não posso deixar de registar esta advertência.

A última Assembleia, em meu entender e não só, padeceu de várias irregularidades, as quais já foram devidamente comunicadas ao Ministério Público, que por sua vez remeteu ao Tribunal Administrativo de Coimbra.

Na posse da ata, hoje aprovada, vou intentar a competente impugnação.

Informo também que me foi recusado o agendamento de um ponto na Ordem do Dia, ao abrigo da nova prática "vigente" nesta casa, o que, naturalmente, vou também comunicar a quem de direito.

Não me querendo substituir à justiça, aceito sob protesto esta usurpação, até que justiça se faça, alertando para a nulidade de tudo o que se decidiu na última Assembleia e o que decidir até decisão do Tribunal.

Para além de tais situações, quero também deixar o meu protesto e o meu lamento pelo ataque de que fui alvo na última Assembleia, por parte do Senhor Presidente da Câmara, que em tal órgão só se pode pronunciar devidamente autorizado, depois de pedir a palavra e esta lhe ser concedida, o que não foi o caso. Mas, como referiram, eu é que quero fazer uma Câmara dentro da

Câmara. Nunca na Câmara me pronunciei, pois nunca em tal local, participei em qualquer reunião.

Posto isto, e enquanto esta situação se mantiver, quero sob protesto deixar dito: Por vontade de vinte e quatro membros desta Assembleia, que são insuficientes, contrariando o espírito e objetivos do artigo 46º, nº 2, da Lei 169/99 e a vontade expressada nas urnas pelos Oliveirenses inicio esta Assembleia na qualidade de eleito independente, sem qualquer ligação ou representação partidária, pesem os meus conhecidos ideais. Hoje, sem ambiguidades nem sofismas, sou efetivamente independente.

Nesta qualidade, quero saudar e felicitar o Futebol Clube de Oliveira do Hospital pela subida de divisão e desejar-lhe os maiores êxitos. Quero agradecer as palavras amigas que no final da última Assembleia, ouvi do Sr. Presidente do Clube. Aos que, no dia seguinte, se dedicaram a malabarismos e chicane neste Salão Nobre, quero dizer-lhes: estiveram muito bem...

Uma palavra para a ARCED por, mais uma vez, fazer aquilo a que já nos habituou. Parabéns a ambos.

Esta luta contra António Lopes, mais não é do que um ato indigno e arrogante que desprestigia a Assembleia, falseando e deturpando a democracia.

Com a serenidade que me caracteriza e sem perder de vista aquilo que é de facto importante, quero reafirmar, terão que procurar outro.

Mais uma vez, afirmo e realço que a minha bandeira é o Concelho, sendo a tal "farsa" com que o sirvo e enquanto por aqui andar, agora e sempre a mesma, a de Oliveira do Hospital.

Combati os "donos" da Câmara no passado e tentei construir uma democracia plena durante os últimos quatro anos. Não o tendo conseguido, cá estou, nesta tribuna, para fazer o que devo. Aquilo a que me comprometi com os Oliveirenses. Talvez, deste lado, o vá conseguir. No passado, resultou!

Disse em várias ocasiões e especialmente, perante todos os candidatos, na Casa da Cultura, que, neste projeto PS, estávamos para servir, não para nos servirmos e que, nesta candidatura, era tudo pelas pessoas.

Constatando que muitos se esqueceram do compromisso assumido, e porque sou pessoa de palavra e princípios, cá estou, nesta mesma "farsa", lutando pelos mesmos valores de sempre. O atrevimento está a custar-me os epítetos de "louco, falido, sem caráter, intriguista, vaidoso, farsante, "e mais um rol de impropérios, que não vale a pena inventariar nem catalogar. Felizmente que outros cultivam melhores valores... Lendo uma entrevista recentemente

publicada, num jornal local, penso, ficámos todos esclarecidos. Assim escrito, declarado e registado, não há como negar.

Fazendo jus ao que ali foi asseverado, de facto para mim tudo tem um preço, e costume pagá-lo, com juros, coimas e tudo o mais. Tem quem assim não seja e pague o que lhe apetece, mas tem algumas coisas que para mim não têm preço, a liberdade, a democracia, a verdade, a lealdade e a solidariedade.

Quero assumir que afirmei não mais entrar no Centro de dia de Alvôco de Várzeas, enquanto presidente da Assembleia. E disse-o aos responsáveis da Instituição.

Pelos vistos, se os Senhores conseguirem o "golpe" iniciado, não vou entrar mesmo e porque não sou pessoa de comentar conversas privadas, o entrevistado se assim o entender, que explique o porquê. Que explique o porquê dessa e de muitas outras situações semelhantes em carácter e motivo.

Assumo, ainda, que tentei fazer uma lista de independentes e registo esta surpreendente mudança de opinião, do Senhor Presidente, referente a parte da sua equipa, bem diferente era por aquelas alturas. Deixo para o Sr. Presidente, se ele assim o entender, os pormenores. E, se o entender também, pode ainda explicar porque é que a ideia não avançou.

Agradezia muito, que o Sr. Presidente me informasse, quem são as pessoas que me andam a ajudar, financeiramente, em Oliveira do Hospital. Se mais não for, para lhes poder agradecer. Se quer tanto mandar dinheiro para Vila Franca, pergunto porque não está feito o saneamento básico e porque não está concluída a obra em frente da casa mortuária. Não faziam parte do programa do programa do PS à Junta e à Câmara? E o que mandou e mereceu o meu reparo foi todo para a Junta? Quando e onde, disse eu, para não dar publicidade ao Folha do Centro?

Arrogo o que antes assumi, de pretender outro carro mais condigno para o Sr. Presidente, principalmente por a questão da respeitabilidade, dignidade e honorabilidade do Município. Só que, digo-vos, refinei. Agora, e pelos mesmos motivos, a exigência contempla também o ocupante. Será que um Presidente de Câmara que dá uma entrevista focada na vida pessoal de um adversário político, denegrindo-o, merece ser Presidente? Será que um Presidente de Câmara que faz das meias verdades e da mentira compulsiva uma forma de estar, merece ser Presidente? Será que um Presidente de Câmara que num país democrático na União Europeia, que anuncia uma luta de guerrilha, o corte de estradas, o boicote eleitoral e nada faz, lançando o descrédito sobre o Concelho, fazendo-os motivo de chacota, merece ser Presidente?

Quando se está com as pessoas, e é tudo pelas pessoas, não se anda a evidenciar as dificuldades destas, e muito menos, a publicar, divulgar e a mostrar a terceiros documentos privados, de que se tem o dever do sigilo e cuja publicação é crime. É indecoroso tornar chacota, zombando e gozando com a situação, numa tentativa de diminuição pessoal do indivíduo em questão, seja ele quem for.

Não se proclama, com vaidade, as dificuldades dos outros. Isso aconteceu, foi feito. A ação fala por si e por quem a cometeu. Cada qual que responda pelos seus atos. Respondendo política e juridicamente. A seu tempo se saberá o resultado.

Num País, este sim, tecnicamente falido, onde cento e cinquenta mil famílias perderam a casa devido às dificuldades que esta crise evidenciou, onde, todos os dias cento e oitenta e nove famílias vêm o lar penhorado, e oitenta deixam de poder pagar as prestações do mesmo, não vejo, nem consigo discernir onde esteja o gáudio e regozijo de tal facto.

Questiono, porque havia eu, membro do Povo, ser diferente?

Mas, como se isso não bastasse...”

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, retirou a palavra ao Sr. Deputado António dos Santos Lopes dado que este já ultrapassou em muito os cinco minutos reservados a cada uma das intervenções dos Deputados da Assembleia Municipal.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar quero congratular-me pela eleição da Mesa, dar os meus parabéns de amizade de muitos anos ao Dr. Rodrigues Gonçalves, ao Carlos Mendes e à Dra. Aldina.

É estranho e aborrece-me que a democracia só seja democracia quando nos interessa a nós e não é democracia quando não faz a nossa vontade.

Acho que todos nós temos que perceber o que é que é a democracia. A democracia é a liberdade de expressão, é ouvir os outros, é exprimir aquilo que sentimos e é respeitar os outros. Não é o que se tem assistido aqui.

Não está de acordo comigo e não está de acordo com o que eu sinto, já não é democracia! Por amor de Deus! Pensem bem o que é que é democracia!

Há aqui pessoas novas, e ainda bem, que provavelmente não assistiram ou que não era democracia nas Assembleias Municipais anteriores, passamos aqui

muitos anos sem democracia na Assembleia Municipal. Nós estamos a respeitar a democracia e respeitem também esta democracia da Assembleia Municipal quer os novo quer os menos novos quer aqueles que cá estiveram e que vão estar.

Quero também reconhecer ao Sr. António Lopes que introduziu democracia nesta Assembleia, coisa que não tínhamos no último mandato. Naturalmente, e com a certeza absoluta, por todo o conhecimento que tenho e por muitos anos de vivência cívica, social e amizade, que o Dr. Rodrigues Gonçalves e a Mesa vão fazer desta Assembleia uma democracia plena e um futuro em que todos nos sintamos bem e com alegria para vir a estas reuniões onde são tratados os assuntos do nosso Concelho.

A Lei é igual para todos. Não podemos querer a Lei só quando nos favorece e não podemos interpretar a lei como mais nos interessa.

Temos o Regimento da Assembleia Municipal que é igual para todos. Não façam interpretações dúbias e interpretações só a vosso belo prazer. Se há algum problema a resolver, há o Tribunal Administrativo que o resolve e acabemos com isto, por favor.

A determinada altura nesta Assembleia isto parecia-me uma Telenovela Mexicana que é bem pior do que uma Telenovela Brasileira ou Portuguesa. Acabemos com isto, por favor!

Queria realçar o nosso amigo do PSD que reconheceu finalmente que há uma crise no País e que também está em Oliveira do Hospital. A crise existe porque este Governo a criou e a trouxe para este Concelho. É de louvar quando as pessoas têm este espírito de reconhecimento.

A Mesa é eleita. É uma lista que concorreu à Assembleia Municipal, mas é uma lista. A Mesa, e a eleição do seu Presidente, é eleita na primeira reunião da Assembleia Municipal. A única pessoa que se candidatou e foi eleito pelos eleitores é o Sr. Presidente da Câmara Municipal e mais nenhum.

Quero realçar o trabalho desenvolvido nomeadamente esta animação na Zona Histórica e toda esta vivência dos Oliveirenses. Os meus parabéns à Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços e à Câmara Municipal.

Também quero realçar o projeto “A minha primeira hortinha”, desenvolvida pela Junta da União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços. Eu penso que é uma experiência que deve ser seguida por outras Freguesias e por outros Concelhos porque é a maneira das nossas crianças perceberem o que é a natureza, o que é o ambiente, o que é a

sustentabilidade e o que é que é a agricultura. Esta iniciativa é de louvar e dou os meus parabéns a quem teve esta iniciativa e desejo que a desenvolvam e que a mostrem a outros Concelhos.

Infelizmente o Sr. Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores fazem muito pelo Concelho mas o Governo não ajuda. Tem falta de planeamento. Temos um problema de interioridade que não é resolvido. Este Governo não aproxima as pessoas. Devia intervir nas obras das estradas e não o faz. Tudo bem foi para os Portos e para os Caminhos-de-ferro! É uma solução!

Será que os Portos e os Caminhos-de-ferro foram adequadamente escolhidos? Não haveria obras em estradas que deveriam ser feitas?

Temos aqui o problema da Estrada Nacional nº 17, temos o problema ali ao lado do IP3. Temos mais camiões na EN 17 porque alguém planeou mal há alguns anos atrás.

Temos aqui o IC6 que não se constrói e não se faz! Quem é que sofre? Nós todos e os Concelhos limítrofes.

Temos que estar unidos na defesa dos interesses do nosso Concelho e dos Concelhos limítrofes e sei que o Sr. Presidente e nós todos vamos estar nessa defesa e vamos conseguir.

Qual é o Planeamento que este Governo tem e que as Estradas de Portugal têm quando interrompe a estrada no IP3 para arranjar uma ponte e na alternativa que era entre Mortágua e Santa Comba faz o mesmo! E hoje temos todos os camiões a passar pela EN 17. Isto não pode ser e temos que acabar com isto.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Queria felicitar a Mesa pela eleição e desejar-lhe boa sorte no que resta do mandato, que é a maior parte dele.

Esta coisa aqui na Assembleia de se pensar que nós temos a verdade absoluta e queremos ser donos da verdade absoluta penso que não colhe nem vai ter que colher porque as pessoas têm que se habituar a uma coisa. É que pelo facto de dizerem “eu é que tenho razão” e “isto ou aquilo é legal ou ilegal”, estão obviamente a tornar-se em juízes. Nós aqui não estamos num Tribunal, estamos numa Assembleia Municipal e penso que isto não é o sítio próprio para que seja quem for se augurar no direito de julgar que aquilo que é aqui decidido

por uma Assembleia Municipal é legal ou ilegal. Ninguém tem o direito de o fazer.

Sr. Presidente, seria bom e seria de bom senso que realmente seja quem for nesta Assembleia venha para aqui para esta tribuna augurar-se de Juiz ou querer fazer justiça pela sua cabeça. Isso não tem cabimento aqui, terá cabimento noutros sítios. Portanto Sr. Presidente agradecia que quem viesse para aí com essas intenções que o Senhor lhe chamasse à atenção para que se tiver questões dessa para as colocar nos lugares certos e não aqui. Nós aqui temos mais com que nos preocupar.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Unidade Móvel já foi aqui abordada há pouco. A Unidade Móvel é para alguns serviços de enfermagem que já anteriormente foi objeto de conversas de, digo eu, meios compromissos. E eu sinceramente quando me chegam aos meios compromissos estou sempre à espera que chegue o resto do compromisso. Esse compromisso, efetivamente, ainda não está a ser uma prática e particularmente na União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, tanto mais que o Sr. Presidente da Fundação Aurélio Amaro Dinis, segundo entendi, já há algum tempo teria assumido o compromisso em colaboração com a Câmara Municipal e em colaboração com a própria Administração Regional de Saúde poder por um serviço itinerante de profissionais de enfermagem para poder ir particularmente a cas daquelas pessoas que estão em dificuldades de locomoção, que são necessitadas e que têm muito poucos meios para o fazer, poderem prestar alguns serviços básicos de enfermagem.

Gostaria de saber em que ponto de situação é que está esse serviço para o caso da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira.

Quanto à questão do encerramento das escolas, obviamente e mais uma vez, nós assistimos a mais um atentado às populações deste Concelho.

Começámos por acabar com as Freguesias, obviamente responsabilidade deste Governo, acabámos por negar às pessoas o direito de ter junto à sua casa os serviços de uma Junta de Freguesia e acabámos por dizer aos pais deste Concelho ao criar um Mega Agrupamento da maneira como foi criado e eu convidava aqueles que foram responsáveis e que tiveram a decisão final daquilo que foi feito em Oliveira do Hospital que tivessem uma preocupação: Que fossem ver com os seus olhos e que fossem ouvir com os seus ouvidos nas escolas limítrofes e às Associações de Pais aquilo que eles têm a dizer depois deste grande atentado. Não basta somente por em prática as coisas. Deveríamos ter a preocupação e os responsáveis deveriam ter a preocupação e saber quais

estão a ser já neste momento, e muito pouco tempo passou, as consequências do atentado que fizeram. Deviam ter esse cuidado. Senhores do Governo e responsáveis Regionais a responsabilidade é vossa porque foram vocês que o fizeram, não foi o Município, nem foram as Freguesias.

Quanto ao encerramento das escolas folgo em saber que a escola de Vila Franca da Beira não foi contemplada ao encerramento tal como foi noticiado. A Junta de Freguesia fez a sua parte e questionou porque era essa a sua obrigação os Serviços Regionais de Educação e questionou os Serviços Nacionais do Ministério da Educação. A escola do Primeiro Ciclo de Vila Franca da Beira não foi encerrada mas eu não fico contente com isso. Eu quero saber também o que é que se vai passar com o próprio Jardim de Infância em Vila Franca da Beira porque sobre isso não foi nada dito e nós também questionámos.

Gostaria de saber o que é que se vai passar com o Jardim de Infância de Vila Franca da Beira?

Obviamente não posso deixar de estar solidário e espero bem que essa decisão volte atrás quanto ao encerramento da escola da Lajeosa. Para já toda a minha solidariedade para com as gentes da Lajeosa, para com os pais, alunos e para com os próprios autarcas.

Relativamente à Saúde: Sr. Presidente da Câmara, temos cerca de três mil e quinhentos utentes no Concelho sem médico de família. Há muito pouco tempo foram-se embora mais dois médicos. Neste momento temos somente nove médicos para cerca de vinte e três mil utentes. Eu penso que a Câmara Municipal deverá questionar a Administração Regional de Saúde do porquê desta situação e para quando a vinda de médicos para Oliveira do Hospital.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas, que fez a seguinte intervenção:

“Na sequência da intervenção anterior quero referir a questão da deterioração das condições pedagógicas que daí resultaram.

Congratular-me com o projecto da escola + feliz criado por este Município cujo objectivo foi tentar dar alguma resposta ao grande aumento do número de casos sinalizados. É um projecto pioneiro com uma equipa multidisciplinar e que tem tentado dar resposta a alguns destes casos. Nesse sentido o Grupo Municipal dos Deputados Socialistas decidiu aqui apresentar uma Moção que vou passar a ler: “Moção de Apoio ao Reforço das Condições Pedagógicas do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital.

Em face do elevadíssimo número de alunos do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital,

Considerando as problemáticas que têm vindo a emergir no espaço escolar e que se reflectem no aumento do número de processos que têm sido acompanhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;

Considerando o reduzidíssimo número de horas e psicólogos disponíveis para resolver este tipo de problemáticas junto do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, neste caso, um psicólogo para cerca de dois mil e oitocentos alunos;

Considerando a crescente redução do número de professores e horas de apoio para acompanhamento de alunos com Necessidades Educativas Especiais;

Considerando o aumento da procura deste tipo de profissionais por parte dos Pais e Encarregados de educação.

Tomando como exemplo o trabalho desenvolvido pelo Município de Oliveira do Hospital ao criar uma equipa multidisciplinar de intervenção escolar (projeto Escola + Feliz), que tem permitido o apoio a um grande número de alunos deste Agrupamento de Escolas, que de outra forma não seria possível.

O Grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital vem apelar ao Ministério da Educação e ciência que, à semelhança do que foi realizado pelo Município de Oliveira do Hospital, crie uma equipa multidisciplinar para acompanhamento de alunos com Necessidades Educativas Especiais e dificuldades de aprendizagem, assim como outro tipo de problemáticas sociais, de forma a melhorar as condições pedagógicas e a dar resposta às necessidades dos alunos do território educativo do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital.”

Como não houve inscrições para a discussão da Moção de imediato se procedeu à votação da Moção de Apoio ao Reforço das Condições Pedagógicas do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, que foi aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara nós temos aqui três requerimentos do Sr. António Lopes. O terceiro está resolvido por natureza. É o pedido de junção à ata da declaração de não dívida. Eu nunca coloquei em dúvida isto que é apresentado. Isto está resolvido.

O primeiro requerimento pede que seja discutida a recusa da prestação da informação que o Sr. António Lopes pediu à Câmara Municipal.

A este propósito pedia ao Sr. Carlos Mendes que lesse o pedido do Sr. António Lopes, a informação da Câmara e a resposta da Mesa.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para ler o pedido do Sr. António Lopes, a informação da Câmara e a resposta da Mesa:

“Pedido de agendamento de ponto na ordem do dia da próxima Assembleia Municipal.

Exmo. Senhor, sem conceder à eventual legalidade da próxima Assembleia e eficácia da mesma, considerando que, hoje como sempre, apenas nos movem os superiores interesses do Concelho, tendo em vista corrigir uma política de autêntica ilegalidade e incompreensíveis favorecimentos, nos termos do nº 25, nº 2, alíneas a) e d) e 53, nº 1, da Lei 75/2013, sou a solicitar a inclusão de um Ponto na Ordem do Dia da próxima Assembleia Municipal Ordinária tendo em vista a discussão da: “Política de licenciamentos urbanos e industriais do Concelho de Oliveira do Hospital”

Em anexo junto trechos de atas das reuniões da Câmara Municipal versando o mesmo assunto, os quais devem ser incorporados nos documentos de suporte à discussão do Ponto.

Solicito que seja providenciado para esclarecimento na Assembleia Municipal.”

Isto foi despachado para o Sr. Presidente da Câmara que respondeu da seguinte forma:

“Pedido de agendamento de Ponto na Ordem do Dia da Assembleia Municipal.

Tendo presente a comunicação do membro da Assembleia Municipal, Sr. António dos Santos Lopes, dirigida ao Sr. Presidente, em exercício, daquele órgão, versando o pedido de agendamento de um Ponto na Ordem do Dia da sua próxima Sessão, tendo em vista a discussão da “Política de licenciamentos urbanos e industriais do Concelho de Oliveira do Hospital”, de que me foi dado conhecimento, informo o seguinte:

É competência da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea y) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, “Exercer o controle prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação e demolição de edifícios...”. Tal competência encontra-se

delegada no Sr. Presidente da Câmara por deliberação de 24 de outubro de 2013.

Trata-se de um poder/dever porquanto o seu exercício se encontra vinculado aos pareceres emitidos pelos serviços técnicos, também eles necessariamente obrigados às normas legais aplicáveis em matéria de licenciamentos, inexistindo assim qualquer “política de licenciamento” em tais matérias.”

Reuniu a Mesa da Assembleia e fez-se a respetiva ata que foi enviada ao Sr. António Lopes que passo a ler:

“Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, pelas quinze horas, reuniu a Mesa da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, constituída pelo Sr. Carlos Vieira Mendes, presidente em substituição, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, primeiro secretário em substituição, e Dr.ª Aldina Neves, cooptada de entre os membros da assembleia face à situação de substituição dos membros que antecedem, com o objetivo de deliberar sobre o pedido de agendamento de um ponto na Ordem de Trabalhos da próxima sessão da Assembleia Municipal, por parte do membro Sr. António dos Santos Lopes.

Foi dado conhecimento pelo Sr. Carlos Mendes, presidente em substituição, de que recebeu uma carta do Sr. António Lopes pedindo para ser agendado um ponto sob o título “Política de licenciamentos urbanos e industriais do Concelho de Oliveira do Hospital”, tendo ainda aquele membro da Assembleia remetido em anexo à carta uma fotocópia com um conjunto de deliberações da Câmara solicitando documentos sobre alguns processos de licenciamento que identificou. O Presidente da Assembleia informou que, de imediato, havia remetido à Câmara Municipal o referido pedido para os fins tidos por convenientes.

Na sequência daquela remessa e no dia 17 de junho passado, foi remetida à Mesa da Assembleia um ofício da Câmara Municipal nos seguintes termos:

- “É competência da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea y) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, “Exercer o controle prévio, designadamente nos domínios da construção, reconstrução, conservação e demolição de edifícios...”. Tal competência encontra-se delegada no Sr. Presidente da Câmara por deliberação de 24 de outubro de 2013.

Trata-se de um poder/dever porquanto o seu exercício se encontra vinculado aos pareceres emitidos pelos serviços técnicos, também eles necessariamente

obrigados às normas legais aplicáveis em matéria de licenciamentos, inexistindo assim qualquer “política de licenciamento” em tais matérias.”

Face à posição da Câmara Municipal, alicerçada no parecer constante do referido ofício, a mesa da assembleia municipal deliberou por unanimidade não agendar o assunto pedido, nos termos e com os fundamentos do ofício da Câmara Municipal, os quais se dão aqui por reproduzidos para todos os efeitos legais.

A Mesa da Assembleia Municipal fundamenta-se ainda no seguinte:

-Na verdade há uma distinção entre poder discricionário e poder vinculado. Poder discricionário é aquele que é conferido por lei ao decisor público para que, este, dentro dos limites nela previstos e com certa parcela de liberdade, adote, no caso concreto, a solução mais adequada a satisfazer o interesse público. Isto é, o decisor deve decidir em conformidade com a lei mas tem a seu favor o tempo e o modo de realizar o ato segundo critérios de conveniência e oportunidade. O mesmo não sucede em relação aos atos vinculados, em que o decisor, conquanto tenha o poder de decidir e no caso concreto, tem sobretudo o dever de exercer o controlo prévio nos domínios da construção, reconstrução, conservação e demolição de edifícios, em função dos pareceres emitidos pelos respetivos serviços técnicos os quais se devem conformar em função da legalidade estrita que regula esta matéria. Como dispõe a teoria para casos como estes, “se todos os elementos do ato têm previsão na lei, bastará, para o controle de legalidade, o confronto entre o ato e a lei”. Assim sendo, parece-nos correto o entendimento da Câmara Municipal de que não há – nem pode haver – “Política de licenciamentos urbanos e industriais no concelho de Oliveira do Hospital” ou em qualquer outro concelho.

Logo, não se justifica parecendo-nos mesmo contraproducente ou até ilegal discutir na assembleia municipal “a Política” de licenciamentos quando essa política está subjacente à Lei e só o legislador pode saber qual o juízo interpretativo e subjetivo que motivou a respetiva aprovação.

Com os fundamentos que antecederam, a mesa da assembleia deliberou não agendar o referido pedido. E mais deliberou a mesa da assembleia oficiar ao Sr. António Lopes informando desta deliberação de não agendar o ponto pedido devendo ser-lhe remetidas as respetivas motivações e fundamentos através de cópia desta ata e do ofício da Câmara Municipal.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Em minha opinião, mas os senhores dirão, nós, a Mesa e a Câmara, tivemos razões que fundamentámos para não agendarmos este Ponto. Agora, estar aqui a entrar naquilo que foi pedido pelo Sr. António Lopes, na apreciação da recusa, é estar a entrar em questões jurídicas de muito pormenor, como acabam de ver.

Eu próprio tive o cuidado, e o Sr. António Lopes sabe isso, de lhe dizer “faça o favor peça para serem agendadas questões concretas”. Não é política de licenciamento porque isso não existe da parte da Câmara.

A meu ver não se justifica, nem sequer se justifica nenhum destes requerimentos. O primeiro, de estar a discutir a recusa, é estarmos a entrar naquele nível de pormenor e o segundo, estar neste momento a agendar um novo Ponto é exatamente ir contra aquilo que nós próprios decidimos.

Mas o Sr. António Lopes fará o favor de intervir.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Só faço uma pergunta muito simples: Ao abrigo de que Lei é que estes assuntos foram discutidos na Câmara Municipal?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu gostaria de começar por responder o seguinte: Gostaria de assumir aqui um compromisso. Como sabem todos o ódio tolda o discernimento e anula a inteligência. Eu, meus caros amigos, quero continuar a ser uma pessoa inteligente.

Quero esclarecer esta Assembleia Municipal que aqui no meu Executivo há e sempre houve transparência e cumprimento da Lei.

Não estou disponível para participar em entretenimento político para alimentar notícias de jornal.

Fui eleito para trabalhar como Presidente do Município e se alguns pensam que estou aqui para gastar energias naquilo que não interessa ao Concelho, fiquem descansados que eu não vou perder esse tempo.

Sobre transparência e cumprimento de Lei, informo esta Assembleia que a informação que o Sr. Deputado António Lopes pediu e até quando era Presidente da Assembleia lhe foram entregues um conjunto de documentos.

De qualquer maneira há aqui um compromisso. Há um conjunto de *dossiers*, que mandei fazer aos serviços, que têm reunidos diversos documentos

e também as contas da EXPOH e da Feira do Queijo e que qualquer Deputado seja de qual for a força política pode consultar e os Deputados do Partido Socialista também o deve fazer. Também os processos de contraordenação podem ser consultados basta marcarem o dia para serem acompanhados por um funcionário da Câmara Municipal porque os documentos que devem ser consultados devem ser os originais.

Sou um homem de palavra e comprometi-me na última Assembleia que iria pedir uma auditoria sobre os assuntos que foram postos em suspeição.

Não há nada que combata melhor a suspeição do que a auditoria da Inspeção Geral de Fianças. Quem não deve não teme e como quem não deve não teme eu vou ler-vos este ofício que fiz acompanhar de com uma carta do Sr. António Lopes eram feitas um conjunto de perguntas.

Há uma diferença que precisa de ficar aqui bem clara. Uma coisa é inspecionar e outra é fiscalizar porque estas duas palavras não querem dizer a mesma coisa.

É claro na Lei que a Assembleia Municipal deve fiscalizar e acompanhar a atividade da Câmara Municipal.

Aquilo que eu não deixo é que seja a Assembleia Municipal a fazer inspeções à Câmara Municipal porque para isso existem organismos próprios.

Passo então a ler o ofício: *“Foi-nos dado conhecimento pelo Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, de uma missiva do membro da Assembleia Municipal, António dos Santos Lopes, em que o mesmo solicita o fornecimento de um conjunto de documentos com o propósito de os enviar para a Inspeção Geral de Finanças.*

Assim, entendemos solicitar a V. Exa., com base no princípio da boa cooperação administrativa, que se digne ordenar a realização de uma auditoria a esta Câmara Municipal para aquilatar da legalidade dos processos referidos na missiva que junto enviamos.

Em paralelo e, uma vez que, por despacho do Sr. Inspetor-geral de Finanças o Município de Oliveira do Hospital já foi alvo de uma Auditoria do IGF à contratação pública, a qual teve início em outubro de 2012 e término em janeiro de 2013, e porque até à presente data não tivemos conhecimento do correspondente relatório, solicito a V. Exa. se digne informar o que tiver por conveniente sobre o assunto.”

Meus caros amigos sobre isto estamos conversados.

Na minha anterior intervenção falei o tempo que entendi para esclarecer de forma democrática todos os Deputados. Não posso ficar aqui sonogado de algum tempo para poder fazer todos os esclarecimentos.

Eu não preciso de ser o artista principal da Assembleia Municipal mas preciso de dar esclarecimentos aos Srs. Deputados se assim não for posso usar cinco minutos e não responder a todas as questões e depois os Srs. Deputados vão-me acusar de que o Sr. Presidente só responde aquilo que lhe interessa e eu não quero responder só aquilo que me interessa eu quero responder a todas as questões dos Srs. Deputados Municipais.

Também quero dizer que na minha última intervenção não falei quarenta minutos mas o tempo foi cronometrado e só falei vinte e cinco minutos. Sobre as Escolas falei sete minutos.

Vou agora responder às intervenções dos Srs. Deputados:

Ao Sr. Deputado José Ferreira e sobre a atribuição da Bandeira Azul quero dizer-lhe que sobre a sua intervenção não há aqui nenhuma questiúncula quando o Senhor coloca aqui o que colocou. Eu não tenho a ideia de que os Socialista é que são todos bons e os outros são todos maus. Todos nós temos boas ideias. Se nós formos capazes de nos unir no projeto para o Concelho certamente que todos faremos muito melhor. Não podemos por os partidos políticos à frente do interesse Concelhio nem mesmo do interesse nacional. As vossas críticas obrigam à melhoria do nosso desempenho. Eu não quero que deixe de haver críticas políticas mas também não venho para aqui discutir entrevistas dos jornais nem venho discutir nenhum assunto que não tenha interesse para o Concelho.

O Deputado José Ferreira deu aqui algumas sugestões e por isso é possível falarmos e encontrarmos esta concertação.

Sobre a Estrada Nacional nº 17 e sobre a Estrada 230 é uma vergonha quando alguns deputados aqui dizem que andámos a por areia e que não foi uma ideia muito brilhante mas era pior se não se tivesse colocado, deve-se é sinalizar devidamente para que não haja acidentes. Felizmente não houve nenhum acidente mas também não gostei da forma como o trabalho foi feito.

Sobre a Estrada Nacional nº 17 quero informar que havia um compromisso com as Estradas de Portugal e que não foi honrado. Foi-nos dito que estava a decorrer um concurso e que iriam fazer uma grande intervenção em maio. Já mandei um ofício as Sr. Presidente das Estradas de Portugal, ao Sr. Eng.º António Ramalho, e espero que ele me responda para vos poder dar informação.

Também a Estrada Nacional 230 se encontra em mísero estado e devido às praias fluviais e ao conseqüente aumento de tráfego as suas condições devem ser melhoradas.

Sobre os Percursos Pedestres eu quero-lhe dizer o seguinte: É verdade que nós já temos o projeto feito e que já temos os orçamentos feitos mas aguardamos a possibilidade de apresentar este projeto a uma candidatura financeira.

Na minha opinião os Percursos Pedestres podem ser financiados através de dois projetos: O das Aldeias do Xisto porque a praia fluvial de Alvôco das Várzeas faz parte das redes das Aldeias do Xisto e por isso haverá dinheiro para essa candidatura ou ainda através de verbas temáticas das Aldeias de Montanha.

Nós estamos atentos e logo que haja possibilidades nós avançaremos com o projeto. Este projeto vai-nos diferenciar e vai atrair muitos turistas.

Quanto à intervenção da Deputada Cristina Carvalho sobre a SONAE Industria quero dizer que ainda não está acabado o trabalho. Quero-vos anunciar aqui em primeira mão que vou na quarta reunião com o Eng.º Belmiro de Azevedo e que nesta última reunião de sexta-feira onde se concretizaram alguns aspetos respeitantes a este investimento de cinquenta milhões de euros na modernização e ampliação desta empresa que promove emprego para cerca de seiscentas pessoas.

Há alguns trabalhos com alguma complexidade que têm de ser executados pela Câmara Municipal mas para isso é necessário uma negociação com algumas pessoas. O problema do campo de futebol está ultrapassado. Vamos ver como é que isto vai decorrer.

Eu não tenho dúvidas de que não podemos desperdiçar um investimento desta ordem para o Concelho de Oliveira do Hospital independentemente das razões que as populações até tenham na sua defesa.

O Eng.º Belmiro de Azevedo só recebeu até hoje uma medalha do nosso País e quero dizer a esta Assembleia Municipal que quero propor na reunião de Câmara para atribuirmos no dia sete de outubro a Medalha de Ouro a Belmiro de Azevedo e ele estará aqui presente. Não foi fácil ele aceitar.

Esta medalha será o reconhecimento pelo empenho como empresário e pela riqueza que ele tem criado no nosso Concelho. Espero que esta Assembleia aprove a atribuição desta medalha por unanimidade porque o Sr. Eng.º Belmiro de Azevedo estará cá no dia sete de outubro para a receber.

Passo agora ao Eng.º Rafael Costa: Sobre as ações promocionais do Concelho junto da Universidade de Coimbra em virtude da sua recente classificação como Património Mundial da Humanidade acho que é uma boa sugestão.

Sobre a CRAPTUR eu gostaria de acabar com isto porque é a trigésima vez que vou dizer isto: O problema da CRAPTUR nunca foi um problema de vontade política. O Senhor sabe o que são consensos e os consensos nunca dependem só de uma parte. Os consensos dependem das duas partes, e se houver uma parte que não queira consenso, seja quem for, não consegue encontrar uma solução. Isto porque não tivemos capacidade de persuasão ou porque as pessoas se mantêm radicais nas suas posições e por isso os consensos só são possíveis quando as duas partes estão disponíveis para se aproximarem e isso a partir de uma determinada altura gorou-se e também o reconhecimento.

Também lhe digo que se existe financiamento também houve algum trabalho por parte do Município de Oliveira do Hospital e por parte do seu Presidente e do Dr. José Francisco Rolo. Eu congratular-me-ei quando o investimento estiver pronto porque isso é que é importante.

Sobre os cortes dos subsídios eu quero dizer que foi claro. Há algumas pessoas que pensam que nós tirámos os subsídios só por tirara.

Vou-lhe dar como exemplo o Futebol do Nogueirense e do Oliveira:

O Oliveira do Hospital até aumentou o seu subsídio em cinquenta por cento. O Nogueira do Cravo, que estava na Segunda Divisão, recebia oitenta mil euros e nós baixamo-lo para sessenta mil euros. Teve uma descida de vinte e cinco por cento.

Os dois clubes são filhos do Concelho e têm que ter tratamento igual.

O subsídio tem sido atribuído ao Sampaense nestas duas últimas épocas porque há uma pessoa que se chama José Carlos Alexandrino que sempre ajudou a resolver os problemas.

A Câmara Municipal tem feito um esforço enorme para ajudar estes clubes e o que baixamos ao basquetebol foi apenas quinze por cento.

Eu tenho que vos dizer que a vossa bancada tem que acertar algumas coisas porque estas verbas já foram analisadas e propostas na reunião de Câmara porque eu quero que os Clubes antes de iniciarem a época saibam com o que é que podem contar por parte da Câmara e até porque eu não posso enganar estas pessoas.

Eu não sou Diretor de nenhum clube desportivo e não é o Presidente da Câmara que tem de fazer o trabalho que os Diretores dos Clubes têm de fazer.

O Presidente da Câmara tem que proporcionar as condições mínimas para que estes clubes existam e como já disse e apesar dos cortes financeiro fomos capazes. Prescindimos da Volta a Portugal e do Rally Cidade de Oliveira do Hospital para mantermos estes valores nos subsídios.

As nossas principais preocupações são resolver os problemas de abastecimento de água e saneamento que são problemas primários na sociedade atual ou deverão ser estes apoios ao desporto?

O ideal era irmos resolvendo todos estes problemas.

Sobre a colocação de equipamentos para pessoas de mobilidade reduzida quero dizer que as máquinas já estão preparadas e já se tratou até da localização das mesmas.

Sobre a Ciclovia entre a Bobadela e a Catraia de São Paio eu acho que é um bom projeto mas que tem de ter financiamento. É verdade que a Ciclovia entre Bobadela e Oliveira do Hospital constava do meu programa eleitoral anterior e por isso bater-me-ei pela realização deste projeto porque ele está integrado numa proposta do Plano de Rede de Vilas de Excelência que é Oliveira do Hospital.

Temos que fazer reduções drásticas porque eu não posso continuar a governar o Concelho da mesma forma. Neste momento recebemos menos um milhão de euros relativamente ao que recebíamos quando eu iniciei as funções de Presidente da Câmara.

Sobre a Unidade Móvel, nós temos que encontrar aqui uma solução a curto prazo.

Sobre o Mega Agrupamento eu gostaria de fazer aqui uma declaração: A questão dos Mega Agrupamentos teve um combate no seu tempo e, como sabem, eu foi sempre a voz mais inconformada com a construção deste Mega Agrupamento mas, hoje, como Presidente do Município é esta a realidade que tenho e não posso fugir a ela independentemente de concordar ou não. Aquilo que eu tenho que fazer em conjunto com o seu novo Diretor é ajudar a resolver os problemas que aparecem. Criamos esta equipe multidisciplinar do projeto Escola + Feliz, como a Deputada Patrícia Moreirinhas falou, e não podemos ficar de costas voltadas uns com os outros.

A Câmara Municipal e particularmente a Sr. Vereadora da Educação e o Sr. Diretor do Mega Agrupamento irão em conjunto encontrar soluções para voltarmos a ter uma escola com qualidade educativa.

Não podemos ficar agarrados ao passado e a Câmara Municipal dentro das suas possibilidades vai arranjanado soluções para resolver os problemas porque esta é a realidade que nós temos e não vejo que ela volte a atrás.

Consideramos a Educação o setor fundamental do Concelho e por isso a Sr. Vereadora da Educação tem estado sempre ao lado dos dirigentes da escola.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de passarmos às intervenções do público eu quero propor um voto de pesar desta Assembleia Municipal pelo falecimento do Sr. Presidente da Associação Nacional de Freguesias. O Sr. Cândido Moreira, como sabem, com cinquenta e nove anos é um autarca de Padronelo - Amarante mas que foi um homem de causas e de convicções e que lutou muito no âmbito da ANAFRE e que também colaborou connosco na altura em que se discutiu o Livro Verde sobre as freguesias.”

De seguida procedeu-se à votação da proposta do voto de pesar pelo falecimento do Sr. Presidente da Associação Nacional de Freguesias. O Sr. Cândido Moreira, que foi aprovada por unanimidade.

Depois tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente à Intervenção do Público eu informo que não podem desviar-se para questões de natureza política de reserva dos Membros da Assembleia. Têm que falar em relação a questões de natureza pessoal, social ou comunitária.”

Seguidamente deu-se início ao Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra ao Sr. João Pedro Correia Cruz, que fez a seguinte intervenção:

“Venho a esta Assembleia fazer perguntas concretas e espero respostas concretas e esclarecedoras.

Quando é que o Sr. Presidente da Câmara irá realizar as obras da Associação de Melhoramentos, Cultural e Recreativa de Casal de Abade?

Porque é que as verbas do ano de dois mil e treze e de dois mil e catorze ainda não foram para as coletividades?

Como é que o Sr. Presidente da Câmara explica o enorme aumento da tarifa da água às coletividades que pode chegar aos trezentos por cento e às famílias que chega quase aos quarenta por cento?

Relativamente ao Orçamento Participativo jovem eu acho que a verba de vinte e cinco mil euros é muito pouco para apostar na juventude. Eu acho que esta verba deveria ser aumentada para setenta e cinco mil euros no mínimo.

Para terminar quero dizer que saio desta Assembleia com a sensação de que estamos a iniciar uma campanha para as Eleições Intercalares à Câmara Municipal.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Boa tarde Sr. Presidente em exercício. Em exercício porque ainda se espera por uma deliberação para se saber se foram ou não legalmente válidas as decisões sobre esta matéria.

Eu sei que não sou Membro desta Assembleia Municipal e sei que não é indiferente ser ou não ser Membro mas que este ser ou não ser não se transforme aqui na questão principal.

Eu quero exprimir a minha congratulação pelos eventos dos vinte e seis anos da criação da Freguesia de Vila Franca da Beira em especial pela participação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, entre outros Autarcas, e pelo compromisso que aí assumiram que na primeira oportunidade, se a houver, que Vila Franca da Beira voltará a ser Freguesia que é aquilo a que tem direito e por isso não posso deixar de me congratular por essa participação e por mais esse compromisso.

Tendo em conta que a União Desportiva e Tuna Vilafanquense é medalha de Mérito Municipal, e aqui foi deliberado nesta Assembleia a devido tempo, quero dizer a União Desportiva e Tuna Vilafanquense fará oitenta anos no dia oito do próximo mês de julho e estão já todos convidados e particularmente o Sr. Presidente da Câmara, até porque também é sócio, para o beberete no dia oito de julho à noite. Agradecemos a confirmação de quem puder ir.

A propósito disto apelo, Sr. Presidente da Câmara, para que se mantenha e para que seja pago o subsídio ao funcionamento das coletividades. Faz falta.

As coletividades pelas suas especificidades e dificuldades merecem e têm direito a que se mantenha o subsídio de funcionamento e que seja pago.

Depois quero perguntar, Sr. Presidente, porque razão estão interrompidas as obras de melhoria do saneamento em Vila Franca da Beira e das eletrificações rurais?

Já agora, a pretexto da lenda da revisão do PDM, agora parece que deixará de ser lenda, eu quero já é saudar a revisão da revisão, porque entretanto a Lei até já foi alterada e portanto estamos já a iniciar a revisão da revisão.

Isto é mau mas também tem um bem, pelo menos vamos manter entre nós, e hoje estão aqui, as belíssimas Técnicas, a Arqt.^a Alexandra e a Eng.^a Graça, e também, não posso dizer que seja belíssimo como compreende Prof. Lusitano, mas pelo menos aparentemente está em grande forma, e isso é um bem que vem do mal porque agora vamos ter que avançar já na revisão.

Por último, eu ainda quero abordar aqui uma questão: Na Assembleia Municipal, aqui, a vinte e oito de fevereiro, o Sr. Presidente da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira disse, e isto está na ata, e eu passo a ler: *“Relativamente a outra questão para dizer que já alertei a Câmara, mas até agora ainda não apareceu ninguém na Junta da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira para fazer o levantamento e a classificação, tal como já foi solicitado, de uma enorme e vergonhosa lixeira que existe há anos por trás do Cemitério de Vila Franca da Beira. Nesta Lixeira existem toneladas de lixo que ali foi colocado com autorização da Junta de Freguesia”*, eu fui Presidente durante doze anos, *“mas que está ali paredes meias com o Cemitério que é um local de respeito e de devoção e onde as pessoas têm os seus entes queridos.*

Sr. Presidente da Câmara, faça-lhe o apelo para que os serviços responsáveis desta Câmara Municipal venham ter comigo, por favor, para fazermos a inventariação de tudo aquilo que ali há para que futuramente aquele espaço tenha ordem e para que não sejam feitos ali despejos de lixos sejam eles de que tipo forem. Já no tempo de César de Oliveira acabámos com as lixeiras a céu aberto e agora foi criada ali uma lixeira nestes últimos anos.”

A questão, Sr. Presidente da Junta de Freguesia, e porque aqui o Senhor o disse e porque eu me senti atingido, e quem não se sente não é filho de boa gente, eu pergunto-lhe: Quatro meses depois, passou março, abril, maio, junho e aquilo ainda está pior que no dia vinte e oito de fevereiro. Aquilo não é nenhuma lixeira é um aterro. E fica a saber que nove décimos do que ali está foi retirado das ruas para eles depois serem calcetadas. É entulho e não é lixo. É isso que ali está! Congratulo-me por ter sido até essa altura a única questão

que o Sr. Presidente levantou sobre a União das Freguesias. O Senhor entretém-se aqui na querela político-partidária. Hoje congratulo-me por ter falado na escola de Vila Franca da Beira e na Unidade Móvel. Muito bem!

Pergunto ao Sr. Presidente da Junta que resposta é que tem da Câmara Municipal porque durante quatro meses a Câmara Municipal não foi lá acudir àquela enorme e vergonhosa lixeira. Até parece o outro do “*enorme aumento de impostos*”.

As notícias sobre a enorme e vergonhosa lixeira atrás do Cemitérios de Vila Franca da Beira, como se prova, são manifestamente exageradas porque quatro meses depois ainda está pior.

A Câmara Municipal não acolheu a solicitação do Sr. Presidente da Junta, em fevereiro, e já a tinha feito antes, como ele disse.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Vou responder ao Sr. João Pedro e quero congratular-me porque da última vez que veio a esta Assembleia fazer uma pergunta e quando lhe fui para responder já não estava cá mas hoje ficou para ouvir a minha resposta.

Quero fazer-lhe uma pergunta para perceber melhor as suas questões: O Senhor faz parte da Direção da Associação de Casal de Abade e Anexas?

Eu costumo tratar estes assuntos que dizem respeito às Associações com as Direções e com os Presidentes, não é com os Sócios.

Eu não venho aqui responder ao sócio. Pergunte ao Sr. Presidente durante uma Assembleia Geral o que é que se passa sobre isto.

Mas de qualquer maneira, dar-lhe-ei alguns esclarecimentos: Quero dizer-lhe que a Associação de Casal de Abade e Anexas tem uma Direção devidamente eleita que faz reuniões com o Presidente da Câmara e com os Vereadores a propósito destes assuntos. Não seria agora qualquer sócio de qualquer coletividade a vir aqui pedir-me contas dos assuntos que eu trato com as Direções das Associações porque se lhes fizesse essas perguntar as Direções dir-lhe-iam como estão as coisas. Mas mesmo assim eu vou responder-lhe às perguntas que o Senhor colocou.

Sobre as obras da Associação de Casal de Abade e Anexas que tem uns problemas relacionados com humidades nós estamos a elaborar um projeto para que seja depois devidamente orçamentado. Digo-lhe que não sei se faço esta obra este ano ou se a farei para o próximo ano. Farei a obra quando houver dinheiro.

A sede da União Desportiva Vilafranquense também tem problemas com infiltração de água e o Presidente da Associação também me tem pressionado bastante para lhe fazer as obras.

Temos que ir calendarizando as obras conforme os dinheiros que temos.

A outra questão que colocou foi sobre o aumento da tarifa da água na Associação na ordem dos trezentos por cento: Eu quero dizer-lhe que tenho aqui o histórico dos consumos de água da Associação de Casal de Abade e Anexas e digo-lhe que no mês de outubro de dois mil e treze a Associação pagou onze euros e sessenta e quatro cêntimos e no mês de abril de dois mil e catorze pagou treze euros e catorze cêntimos.

Como vê, trezentos por cento seria trinta e cinco euros, não houve nenhum aumento de trezentos por cento, como pode perceber.

Eu também sei que os consumos de abril não são os mesmos dos consumos de agosto. Em agosto gasta-se mais devido aos emigrantes e porque vem mais gente, mas em agosto de dois mil e treze esta Associação pagou catorze euros e setenta e um cêntimos e não há nenhum aumento de trezentos por cento. Poderá haver um aumento na ordem dos trinta por cento.

Quero dizer-lhe que neste momento eu estou a fazer justiça porque estamos a fazer o levantamento dos consumos em todas as Associações. Há Associações que não pagam nada e há outras que pagam. Isto estava sem método e sem princípio de igualdade.

Nós queremos que haja igualdade e o que dermos à Associação de Casal de Abade deve ser igual ao que damos à Sociedade Recreativa Ervedalense ou à União Desportiva Vilafranquense.

É isso que estamos agora a fazer. Estamos a criar um modelo que não seja penalizante para as Associações até porque têm um fim que nós reportamos de importante e por isso este assunto terá um enquadramento próprio. Pela primeira vez, vai ser este Executivo que vai por as Associação no mesmo nível de igualdade.

Realmente há um aumento substancial e mesmo assim nós temos a água mais barata do que a média nacional. Nós vendemos a água no primeiro escalão mais barata do que a compramos.

Nós estamos a resolver este problema e, se este Ministro do Ambiente for capaz de fazer aquilo que eu já lhe ouvi dizer, teremos condições para fazer reajustamentos para não penalizarmos tanto as nossas famílias. Assim outros fizessem, por exemplo, na eletricidade, descendo o IVA de vinte e três por cento para treze por cento. Isso é que era importante porque as famílias teriam mais

dinheiro para as suas despesas mas a nível nacional não têm coragem para fazer isto.

A resposta sobre os subsídios servirá para o Sr. João Pedro e também para o João Dinis. João Dinis há coisas que eu tenho que lhe dizer: O Senhor é membro da Assembleia da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira e há assuntos que terão cabimento na discussão política dentro da Assembleia de Freguesia de Ervedal e Vila Franca da Beira e não se pode transformar esta Assembleia Municipal num local de debate de assuntos que são referentes à Freguesia mas de qualquer maneira gosto de responder.

É verdade que suspendi os subsídios às Coletividades. E suspendi-os por uma razão extremamente clara. Os subsídios eram discrepantes em relação às diversas Coletividades. Há Associações que não pagam eletricidade e que é a Câmara Municipal que ainda paga a eletricidade toda isto porque ou os edifícios são antigas escolas primárias ou porque os edifícios ainda estão em nome da Câmara. Vou dar-vos um exemplo: Há uma Coletividade que gasta de eletricidade três mil euros por ano e depois a Câmara atribui-lhe um subsídio de quinhentos euros. Sabe quanto é o subsídio para esta Coletividade? Não são quinhentos euros são três mil e quinhentos euros.

Neste momento estamos a fazer protocolos com as diversas Associações para que todas paguem o mesmo e para que haja igualdade.

Há mais um assunto que nos vai diferenciar. A Sra. Vereadora da Cultura tem estado a fazer um trabalho que é o seguinte: Há Associações que pagam mais de mil euros de IMI e há outras que pagam cinquenta euros. Eu acho que a Câmara Municipal deve subsidiar todos os IMI's porque a receita é para a Câmara Municipal. A Câmara deve devolver o valor do IMI a todas as Associações e deve dar-lhes mais um subsídio de sustentabilidade.

Aquilo que nós queremos é que haja justiça na atribuição do subsídio e que não haja Associações que sejam privilegiadas em relação às outras.

Sobre as obras das eletrificações rurais quero dizer que solicitei aos serviços da Câmara informações e dizer-lhe que houve um troço que devido a condicionantes de topografia e largura de caminhos exige outro tipo de equipamento que não estava no projeto existente mas o adjudicatário da obra já informou que irá iniciar as obras no troço que falta no dia 29 de junho porque virá o equipamento técnico para o executar. Sobre as obras de saneamento não tenho conhecimento que as obras estejam suspensas.

Sobre a lixeira quero dizer que nós devemos melhorar aquele espaço até porque o Sr. Presidente da Junta já fez algumas reuniões comigo e devemos

encontra outras alternativas para as pessoas depositarem os entulhos. Tudo o que fizermos não pode ser feito contra a Lei e por isso não podemos agarrar naquele entulho e ir colocá-lo em qualquer lado por causa do impacto ambiental. Precisamos de resolver este assunto com a Direção Geral do Ambiente e também em conjunto com a Junta de Freguesia.

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Eu coloquei aí mais um requerimento. Parece que é para esquecer também não é grave porque há aqui um Ponto que dá para o lá meter e eu não quero estar a ser acusado de estar aqui a fazer chicane.

Queria só dizer que quanto a ódios que está neste momento instalada uma crise numa das principais Associações deste Concelho porque o Sr. Presidente da Câmara entende que como ele não se sente bem ao meu lado que as outras pessoas também não se podem sentir bem ao meu lado. Portanto, sou eu que cultivo os ódios!

Para uma conveniente e realista avaliação da atividade financeira do Município solicitei, no dia dezasseis de maio, informação sobre as cartas conforto emitidas pelo Município a favor de alguns fornecedores e entidades. Nada me chegou!

Dispondo o artigo 71º do Código Administrativo que as informações devem ser prestadas no prazo de dez dias, pergunto: O que é que se passa Senhores Membros da Mesa? Ainda me considero Presidente e a democracia já está assim, logo na primeira Assembleia?

Depois, pergunto: Num tempo não muito distante, informou-nos o Senhor Presidente da Câmara que o Município ia começar a pagar a quinze dias para ajudar as empresas. Verifico que a dívida a fornecedores cresce de Assembleia para Assembleia, ou se quiserem de mês para mês ou de dia para dia. Sei que as Juntas se queixam de não ter recebido o que esperavam, as que receberam. Sei que as Associações, depois das mãos largas do ano passado, estão agora a olhar para o caminho e, parece, nada chega.

Contudo verifico que havia em trinta e um de maio um total de disponibilidades de um milhão quatrocentos e trinta e sete mil novecentos e quarenta e quatro euros e sessenta e sete cêntimos para uma dívida de um

milhão e quarenta e seis mil trezentos e noventa e sete euros e sete cêntimos, sendo que, destes duzentos e vinte e um mil oitocentos e trinta e quatro euros e noventa e seis cêntimos são a empreiteiros, cento e trinta e oito mil quatrocentos e quinze euros e dezasseis cêntimos de subsídios, seiscentos e setenta e sete mil seiscentos e dezoito euros e oitenta e um cêntimos a fornecedores, sendo que destes, quinhentos e trinta e seis seiscentos mil seiscentos e trinta e oito euros e cinquenta e dois cêntimos são às Águas do Zêzere e Côa, que não são para pagar, antes pelo contrário, a Câmara espera ser indemnizada.

Posto isto, temos uma dívida a fornecedores de cento e quarenta mil novecentos e setenta e sete euros e vinte e nove cêntimos.

Sendo assim pergunta-se: Afinal porque não se paga às Juntas de Freguesia dentro da normalidade?

Porque não se paga a fornecedores dentro dos tais prazos aqui anunciados?

Porque estão à espera as Associações e Coletividades?

Chega-me a informação de que há obras que não avançam por falta de verbas. Falaram-me do Mercado e da estrada de Lourosa, que ajudei a prometer para as eleições passadas mas, parece, que a estrada de Lourosa a asfaltaram agora. Porquê, pode saber-se?

Do Mercado Municipal ouço outro tanto e também ouço que vai ter o preço quadruplicado. Como não sou de boatos, agradecia ser esclarecido.

Havendo esta folga e estando a Câmara a financiar-se com a água, já que a dívida cresce e a Câmara não paga, porquê cartas de conforto à banca? Ou já não há?

Mudando de assunto, em doze de maio passado, enviei uma carta à Câmara Municipal a solicitar o pagamento do empréstimo que fiz ao "Kikas", no montante de cem mil euros, no início de dois mil e dez. Respondeu-me o Senhor Presidente, com data de dezasseis de maio, (dessa vez foi lesto) dizendo: "*efetivamente, participei a título pessoal, com V. Exa. (obrigado pela Excelência), em conversações sobre a IPSS em causa. No entanto não assumi pessoalmente compromisso sobre qualquer empréstimo da verba e muito menos na qualidade de Presidente da Câmara*".

Respondi ao Sr. Presidente, entre uns mimos, que estive como Presidente da Assembleia Municipal em duas reuniões para ouvir queixas e procura de soluções com pais e funcionários e que, o Senhor Presidente me entregou, então, um cheque pré-datado que já estava pós-datado, para garantia do que

entreguei. E que o Senhor Presidente se tinha comprometido a conseguir a verba junto da Segurança Social ou com subsídio da Câmara. Efetivamente, como pode comprovar-se pelas atas de um de março de dois mil e dez e quinze de março de dois mil e dez, da Câmara Municipal o Senhor Presidente tentou arranjar o dinheiro através de um subsídio de cinquenta mil euros em reuniões de Câmara. Só que, nesse tempo o António Lopes ainda não lhe tinha arranjado uma maioria. E como não conseguiu, António Lopes está arder. Deve ser castigo dos Deuses, pela maioria...!

Como se não bastasse dizem as pessoas "bem formadas" a quem ando a tentar cobrar: "*que estou falido e que ando a pedir o dinheiro que dei*". É preciso ter lata!... O que é dado eu esqueço. O que é emprestado quero de volta. A questão a saber, perante esta Assembleia é se é de livre vontade ou se é no tribunal. Dou mais 15 dias.

Acresce dizer que a minha segunda carta de dezanove de maio, não obteve resposta como não obteve resposta o pedido de esclarecimento das cartas de conforto. Porque se trata de responsabilidades da Câmara Municipal pergunto: Há leis neste Município?

Os Membros desta Assembleia têm direito a fiscalizar a Câmara e saber o que se passa?

Agradecia uma resposta objetiva.

Agora já não é pedido de esclarecimento. São suspeições.

Entretanto como o carteiro não conseguiu entregar as cartas que estão aqui se quiserem aproveitar!..."

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Quando estamos aqui a dirimir questões pessoais e questões de pormenor fugimos às questões de fundo. Eu não me revejo neste tipo de Assembleia Municipal e espero que consigamos todos elevar o nível desta Assembleia.

Quanto a este Ponto quero referir que a despesa do Município baixou em cem mil euros. Um global de empreitadas e dívidas a fornecedores em que um é sinal positivo e outro é negativo e há também aqui em termos da dívida e dos subsídios que foram atribuídos um crescimento.

Há, naturalmente, aqui, e fruto disto tudo, uma disponibilidade financeira do Município que cresceu e, se tivermos como referência o mês de março anterior, aumentou em oitocentos mil euros.

Isto quer dizer que o Município e o Presidente da Câmara Municipal estão no caminho certo. Os resultados neste momento apontam para uma tendência positiva. Alguns talvez se recordem que nas últimas Assembleias a tendência era algo negativa e há neste momento uma tendência positiva que é de congratular.

Também analisámos a tendência da despesa e da receita e o grau de execução até maio e a tendência até ao final do ano apresenta resultados que estão no bom caminho.

As Grandes Opções do Plano, e se fizermos a extrapolação para o fim do ano, estão algo abaixo do que potencialmente seria a previsão. É evidente que estamos em abril. Há muita coisa que já foi feita até agora e acredito que até final do ano vamos ter um resultado mais positivo mas a tendência é superior a mais de sessenta por cento o que já é positivo.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre a parte financeira do Município de Oliveira do Hospital quero dizer que a nossa dívida a fornecedores é no valor de cento e quarenta mil novecentos e oitenta euros e as Juntas de Freguesia também fiquem descansadas porque já receberam todas aquilo que foi prometido na primeira tranche. Faltarão a segunda tranche que será paga em outubro e que tem a ver com as receitas do IMI.

Os pagamentos também estão relacionados com a Lei dos Compromissos e por isso e devidos aos “garrotes” que este Governo fez muitas das vezes não nos podemos comprometer. Este problema não é só desta Câmara e esperamos que a Associação Nacional dos Municípios e o respetivo Secretário de Estado resolvam este problema. Pode acontecer termos dinheiro e não podermos pagar.

Estamos a honrar os pagamentos com as Juntas de Freguesia e na última reunião de Câmara já foram apreciados os protocolos para se pagar a outra verba de duzentos e cinquenta euros que estão projetados pagar-se aquando da receita do IMI.

Quero garantir-vos aqui, olhos nos olhos, que não existe nenhuma carta de conforto a nenhuma Instituição. Aquilo que há concertado com algumas Associações é a calendarização na atribuição dos subsídios que estão devidamente aprovados pela Câmara Municipal. Os subsídios foram atribuídos e estão a ser pagos dentro da lógica de sustentabilidade do Município.

Relativamente à amortização dos empréstimos é preciso dizer que esta Câmara Municipal este ano e com menos receitas do FEF pagou até este momento perto de duzentos e cinquenta mil euros e estes empréstimos não fui eu que os contraí. Estamos a pagar os empréstimos que outros contraíram no passado.

Hoje a realidade financeira é outra. Eu gostava de ter sido Presidente quando havia muito dinheiro e quando havia mais de um milhão de euros de FEF.

Meus caros amigos, eu não sou louco e faço reajustamentos financeiros e assumo os compromissos e por isso estou aqui à vontade. Tenho assumido o pagamento dos subsídios nas datas que estão estipuladas ou a sua renegociação. Para mim tem sido fácil trabalhar com as Associações porque não lhes minto.”

Seguidamente entrou-se no Ponto II – Apresentação e votação do Relatório de Ponderação e Versão Final da Proposta de Plano da 1ª Revisão do PDM de Oliveira do Hospital, nos termos do nº1 do artigo 79º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) do Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro, na sua atual redação.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu queria convidar o Sr. Professor Lusitano dos Santos, a Arqt.^a Alexandra e a Eng.^a Graça para virem aqui fazer a apresentação deste PDM.

Quero agradecer a todos os que tornaram possível esta concretização e agradecer ao Prof. Lusitano dos Santos a grande disponibilidade que teve neste trabalho gigantesco até chegarmos aqui. Não me esqueço daquele fim de semana em que tivemos que alterar os documentos por causa de uma linha de água que apareceu nos mapas sem ela lá existir. Esta equipa veio trabalhar sábado e domingo para que todas as alterações fossem feitas e eu na segunda-feira apresentei-me na CCDR com o trabalho concluído e até eles ficaram admirados. Como é que era possível eu estar ali com os novo documentos!

Prof. Lusitano dos Santos peço-lhe que nos faça uma pequena resenha deste trabalho todo e, mais uma vez, quero dar-vos os parabéns.”

De seguida o Sr. Prof. Lusitanos dos Santos fez a apresentação do trabalho desenvolvido pela equipe que elaborou o PDM. Toda esta informação

já estava na posse dos Senhores Membros da Assembleia Municipal e fará parte dos anexos a esta ata.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer que este Plano tem muito pouco de nosso e que tem muito do que era exigido pela estrutura central. Este não é o meu Plano porque se fosse eu a determinar há muitas coisas que estão no Plano e que me foram impostas pela legislação e que eu não aceitava e que não queria no meu Concelho porque não fazem sentido no nosso território. Eu não considero que este Plano tenha a visão do Presidente da Câmara. É o plano que é possível dentro das negociações com os diferentes parceiros e eu sei que foi difícil.

Como disseram as técnicas este também é um dia feliz para elas e depois de aprovado este Plano eu gostaria de propor um voto de reconhecimento a esta equipe.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes dos agradecimentos que a Assembleia Municipal também deve eu pergunto se alguém se quer pronunciar sobre o PDM.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero apresentar o meu agradecimento ao Prof. Lusitano e a toda a sua equipa e a todos aqueles mais, qua a gente sabe que foram muitos, que contribuíram e colaboraram para que doze anos depois tenhamos finalmente um Plano Diretor Municipal.

Por carta de dezasseis de maio passado, pedi a introdução de um Ponto, na Ordem de Trabalhos para discutir a "política de licenciamentos Urbanos e Industriais do Concelho de Oliveira do Hospital".

Respondeu-me a Mesa desta Assembleia que não se justifica parecendo-nos mesmo contraproducente ou até ilegal discutir nesta Assembleia Municipal a "Política" dos licenciamentos.

Como diria o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves: "*Home essa..!*" Qual não é o meu espanto estamos aqui a discutir a "Apresentação e Votação do Relatório de Ponderação e Versão Final da Proposta de Revisão do PDM de Oliveira do Hospital".

Vejam os pois, o que é esta coisa, quem decide e quem tem competências. É que, dizem a competência das políticas de licenciamento é da Assembleia da República..! Não fazem a coisa por menos..!

Diz o art.º 1º da lei 69/90:

Artigo 1º - Objeto - O presente diploma regula a elaboração, aprovação e ratificação dos planos municipais de ordenamento do território, abreviadamente designados por planos municipais.

Artigo 2º - Tipologia -1 - Os planos municipais compreendem:

a) Os planos diretores municipais, que abrangem todo o território municipal;

b) Os planos de urbanização, que abrangem áreas urbanas e urbanizáveis, podendo também abranger áreas não urbanizáveis intermédias ou envolventes daquelas.

c) Os planos de pormenor, que tratam, em detalhe, áreas referidas nas alíneas anteriores.

Artigo 3.º - Competência - 1 - A elaboração dos planos municipais compete à câmara municipal.

2 - A aprovação dos planos municipais bem como a aprovação de medidas preventivas e normas provisórias relativas a planos municipais competem à assembleia municipal.

(Está ver Senhor Presidente. Os Senhores trabalham, nós decidimos. Custa-lhe a aceitar, mas, como vê, é assim.)

3 - Compete ao Governo, pelo Ministro do Planeamento e da Administração do Território, ratificar os planos municipais, bem como as medidas preventivas e as normas provisórias relativas a planos municipais, nos termos do presente diploma.

(É tudo tão clarinho que não sei porque é que as pessoas complicam!!!)

Artigo 7.º - Medidas preventivas - 1 - A assembleia municipal, mediante proposta da câmara municipal, pode estabelecer medidas preventivas para as áreas, ou parte das áreas, a abranger por planos municipais cuja elaboração já tenha sido decidida, aplicando-se, com as necessárias adaptações, o regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro.

2 - A assembleia municipal, ao estabelecer as medidas preventivas, fixa também o seu prazo de vigência, que não pode exceder dois anos, prorrogáveis por mais um, mediante nova deliberação nos termos do n.º 1.

Diz, então, o artigo 3º n.º1 - "A elaboração dos planos Municipais compete à Câmara Municipal". 2 - A aprovação dos planos municipais bem

como a aprovação de medidas preventivas e normas provisórias relativas a planos municipais competem à Assembleia Municipal.

Penso que há uma norma que diz que quem pode o mais pode o menos. Então nós podemos aprovar os planos Municipais, o Plano diretor Municipal e não podemos fiscalizar o regabofe dos licenciamentos? Ou da falta deles? É mais esse o caso.

Então o Sr. Presidente da Câmara que até pode Municipalizar caminhos particulares, não sei bem como, que pode indeferir um projeto com base em fundamentos não técnicos, em dezembro, que pode deferir o mesmo projeto em março, sem que nada se altere, provoca um pedido de indemnização de um milhão e quarenta e nove mil euros e, esta Assembleia, fica aqui a bater palmas?

Que raio de democracia é esta?

Então esta Assembleia não pode e não deve fiscalizar a Câmara. Não pode perguntar porque se constrói quase indiscriminadamente por aí fora.

O que dantes era ilegal e deu grandes discussões com o anterior Presidente, enquanto vereador, agora é legal e está tudo bem? Então não há nada para discutir? Então não há? Há pois!

Se não for aqui, será nos locais próprios. Por falar nisso pedi em dezasseis de maio uma série de documentação sobre alguns projetos. A lei diz que as respostas na Administração são quinze dias artigo 110º da Lei 555/99 nº2 e ou dez dias segundo o artigo 71º do Código do Processo Administrativo.

Passa um mês e meio e não tenho nada? Isto é alguma Republica das bananas? É esta a democracia que tanto discutiram na Assembleia passada?

Eu sei que o Sr. Presidente não tem medo, que é uma pessoa transparente. Mas eu, só quero cumprir a minha missão. Se está tudo bem, então qual é o problema de me entregarem os documentos, como é de lei?

É esta democracia que querem implementar aqui? Vão ver que, comigo aqui, não conseguem...

Sobre o Plano Diretor Municipal digo o que ando a dizer há muito tempo. Não brinquemos à política. Muita gente depende de nós. Então recebemos um DVD na terça-feira e vamos hoje, aqui, discutir o Concelho todo, em termos de urbanismo? Um documento desta importância, em quarenta minutos? Isto é um cheque em Branco. São poucas as Assembleias Municipais que não têm uma comissão de urbanismo para estudar estes assuntos com profundidade e acompanhar as tais "políticas de licenciamento". Mas quando digo isto os senhores ficam muito ofendidos. "Ofendeu-nos a todos" disse-se

aqui..! Que chatice? E o nosso trabalho é feito? Estamos aqui a fazer o quê? O espetáculo da última Assembleia? Alguém em consciência está em condições de votar este documento? Quem aqui, sabe com rigor o que aqui está neste documento?

A política é uma arte nobre. Não é este simulacro que aqui se pratica. Naturalmente vou ter que votar favoravelmente. Depois de dez anos à espera o que é que se pode fazer.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, que fez a seguinte intervenção:

“Considerando os documentos em apreço neste Ponto quero aqui manifestar, também em nome da Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal, a nossa congratulação pela conclusão do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital.

Até apetece dizer: Até que enfim!...

Após análise ao processo queremos enfatizar que também esta pública congratulação resulta do facto de doze anos após o início do processo a revisão do PDM estar finalmente concluída. Doze anos!

Aproveito o momento igualmente para reconhecer e elogiar o empenho colocado pelo Executivo liderado pelo Prof. José Carlos Alexandrino em todo este processo.

Um trabalho que sabemos foi feito em todas as frentes envolvendo todos os intervenientes no processo: ao nível da equipa municipal; ao nível da CCDRC; ao nível das várias Comissões de Especialidade (REN; RAN; etc.); ao nível da dinâmica imprimida quanto à tomada de decisões das designadas Conferências de Serviços, onde se fazem avançar os processos setorialmente.

Termos um PDM de segunda geração é termos um novo instrumento de ordenamento e planeamento do desenvolvimento do Concelho.

Também aqui o Executivo está a cumprir a sua missão.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este documento, como sabem, não é um documento que nasceu de ontem para hoje. Este documento tem um conjunto de etapas desde a sua discussão pública até à sua aprovação final. Este trabalho passou por diversas reuniões de Câmara e por isso não se pode dizer que vamos votar um

documento que ninguém conhece porque se não conhece é porque não quis conhecer.

Este trabalho esteve em discussão pública e muitos oliveirenses conhecem este trabalho. Muito Oliveirenses vieram dar a sua opinião relativamente a este documento e participaram na sua discussão. Isto quer dizer que há elementos que tinha cargos de responsabilidade e não sei onde é que andaram quando os documentos estavam em apreciação pública.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação o Ponto II - Apresentação e votação do Relatório de Ponderação e Versão Final da Proposta de Plano da 1ª Revisão do PDM de Oliveira do Hospital, nos termos do nº1 do artigo 79º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) do Decreto-Lei nº 46/2009, de 20 de fevereiro, na sua atual redação, que foi aprovado por maioria e com duas abstenções.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Da parte da Assembleia Municipal quero agradecer ao grupo de trabalho do PDM este trabalho ciclópico produzido e também a brilhante exposição a que nós assistimos por parte do Prof. Lusitano dos Santos nomeadamente percebeu a necessidade da síntese o que alguns Membros desta Assembleia parece não perceberem.

Sendo assim, eu propunha que fosse colocado à votação um voto de louvor ao grupo de trabalho e ao Sr. Eng.º Fortuna da CCDRC pelo empenho demonstrado neste trabalho que ao longo dos anos foi produzido atendendo a que como já foi dito a legislação ia sendo alterada e havia sempre a necessidade de adaptar à legislação.

Efetuada a votação pelos membros da Assembleia Municipal, o voto de louvor ao grupo de trabalho do PDM e ao Sr. Eng.º Fortuna da CCDRC pelo empenho demonstrado neste trabalho que ao longo dos anos foi produzido foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Aprovação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento do Mercado Municipal de Oliveira do Hospital.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Regulamento também já esteve em discussão pública. O Mercado Municipal está sujeito a novas regras de funcionamento.

Estamos a pensar na possibilidade de fazer uma pré inauguração no dia vinte e seis de julho, no dia da inauguração da EXPOH, e depois fazer uma inauguração oficial no dia sete de outubro com todo o Mercado já instalado.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Quero congratular-me com este Regulamento e manifestar a total concordância com o mesmo.

Congratular-me também com a boa nova, que o Sr. Presidente nos deu, das duas inaugurações, no dia vinte e seis de julho e no dia sete de outubro.

Referir a importância dos Mercados nos tecidos económicos e empresarias da nossa malha económica porque os mercados, hoje, não são só um local onde se adquirem produtos são também locais de encontro e locais onde nos sentimos bem. Dou o exemplo de três Mercados em regiões diferentes que são locais excelentes: O Mercado de Campo de Ourique em Lisboa; O Mercado da Ribeira, que abriu recentemente e que foi remodelado e onde nos sentimos bem. O mercado, hoje, é um sítio que todos gostamos, não é só o local onde vamos comprar a hortaliça ou a carne; O Mercado, que é mais histórico, de São Miguel em Madrid.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Para ficar com crédito para a próxima vez, quero só perguntar porque tenho sido contactado por algumas pessoas com algumas situações mas como não vivo de especulações quero saber os factos concretos. Tenho informação que os preços a pagar quadruplicaram e eu queria saber se é verdade, e sendo, porquê?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A competência para a fixação dos preços é da Câmara Municipal e por isso é a Câmara Municipal que fixa os preços. A Assembleia Municipal aprova o Regulamento mas os preços são da competência da Câmara Municipal.

Os preços no mercado não eram atualizados desde mil novecentos e oitenta e sete e logicamente que este Regulamento vai-nos permitir corrigir um determinado número de irregularidades que foram prorrogadas durante todo este tempo nomeadamente as transmissões dos lugares.

Com este novo Regulamento do Mercado Municipal vamos regularizar todas as situações.

Os preços que vamos colocar são relativamente baratos: Os bares costumam cento e vinte euros por mês; A charcutaria vai custar cem euros por mês; A peixaria vai custar cem euros por mês; A ervanária vai custar cento e vinte euros por mês; A venda de pão vai custar trinta e dois euros e cinquenta cêntimos por mês porque tem um horário mais reduzido; A frutaria também tem outro horário e por isso há aqui diferentes preços.

Relativamente a estes preços aparece uma contestação de pessoas, que estão interessadas, e que já têm negócios em Oliveira do Hospital e que me dizem: “*Sr. Presidente os preços que o Senhor está a colocar no mercado são preços de concorrência desleal*”. E dizem-me que estão disponíveis a pagar duzentos ou quatrocentos euros. Dizem-me que ao estar a praticar estes preços, nomeadamente um café que custa cem euros por mês, que estou a fazer concorrência desleal. É por isso que há aqui algumas insatisfações. Também percebo que quem pagava vinte euros por mês e que passa a pagar mais oitenta euros por mês tem um aumento percentual brutal. Eu pergunto: Querem que eu deixe o preço daquelas lojas a vinte euros e que não tinham atualização desde mil novecentos e oitenta e sete?

Estou preocupado com as pessoas que estão interessadas

Vai haver um concurso para as lojas livres que irá ser feito por hasta pública com um primeiro lance de quinhentos euros.

Eu percebo. Estavam habituados a pagar vinte euros ou trinta euros e agora vão passar a pagar cem euros.

Eu penso que estes preços são justos e agora também não era possível colocar os preços mais altos.

Temos feito várias reuniões para regularizar várias situações de permuta que foram irregularmente feitas e que já têm muitos anos e por isso as pessoas ganharam direitos.

Comigo e durante o meu mandato não voltará a acontecer o que aconteceu no passado.

Hoje vamos ter um mercado com outras condições e muito mais competitivo e num lugar nobre da Cidade.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto III - Aprovação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento do Mercado Municipal de Oliveira do Hospital, que Foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Aprovação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresarias.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresarias é um Regulamento novo. Algumas Câmaras Municipais já têm este Regulamento e nós já sentíamos algumas dificuldades para fazermos determinados enquadramentos quando as empresas nos pediam apoio.

Este Regulamento vai dar-nos alguma possibilidade para podermos intervir nomeadamente no investimento do Grupo SONAE. Os tempos mudaram e nós temos que agilizar os processos de apoio a quem quer criar riqueza no Concelho de Oliveira do Hospital.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Vou repetir porque há pouco não estava cá o Sr. Eng.º Carlos Artur e eu não quero que ele fique sem o esclarecimento. De facto não vale a pena discutirmos mais sobre a Lei. É como ele diz, e bem, vamos esperar que quem de direito decida.

No atual Regimento foi cortada a alínea k), nº 2, do artigo 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro que diz que compete à Assembleia Municipal pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município. O Sr. Presidente nunca quis entender isto e não fui eu que fiz a Lei!

O Sr. Presidente já informou que os preços estavam desatualizados e eu percebi e não me custa nada reconhecer que os preços estão baixos. Mas não sei porque é que para dar uma resposta destas é preciso tanto floreado.

A matéria a tratar neste ponto é a que reputo de mais importante para o futuro de Oliveira do Hospital. Não é segredo para ninguém que sou um

profundo defensor da BLC3. Se gerida como deve ser, se for olhada com a profundidade, seriedade e perspetiva, não tenho dúvidas que o futuro passa por ali.

Sei da BLC3 menos do que preciso. Sei da BLC3, menos do que preciso. Não que não tenha sido sempre bem recebido. Não que não tenha havido da parte do Sr. Eng. António Campos e do Sr. Eng. João Nunes toda a atenção e preocupação em me manter informado e sensibilizado, o que aqui e agora quero realçar e agradecer. Por outro lado, sei da BLC3 mais do que desejava. Mas, não serei eu a explorar as suas debilidades, técnicas e funcionais.

A BLC3 confronta-se com realidades que não são fáceis de gerir nem de resolver. Refiro-me objetivamente à fixação dos técnicos, se quiserem dos inventores, cuja qualidade preço, não são fáceis de conseguir fixar. Constantemente, e à medida que o seu trabalho vai sendo conhecido vão tendo propostas de trabalho que a BLC3, no atual contexto não consegue satisfazer, perdendo assim, constantemente, técnicos de elevada craveira que poderiam ser a chave do sucesso. Tenho esperança que com os projetos aprovados e os apoios conseguidos esta realidade se possa ir invertendo.

Espero, desejo, e desafio a Câmara Municipal a acompanhar com maior acuidade e maior rigor, no sentido mais amplo da palavra esta âncora do nosso desenvolvimento. A meu ver, não cabem na BLC3 políticas de favorecimentos e colocação. Reputo este projeto de demasiado relevante, para sobre ele recaírem questiúnculas da baixa política.

Também aqui, Sr. Presidente, mais de meia dúzia de vezes o Sr. foi questionado acerca de quanto ganhava e o que fazia ali, um determinado funcionário, cujo nome, por questão de princípio não revelo. Todas as vezes, e a novela desenrolou-se por mais de seis meses, conseguiu não responder. Aquela sua clareza e transparência..!

A BLC3 não pode estar sujeita a ser mais um porto de abrigo dos “nossos” em que em boa parte foi e está transformada. Tem que ser um projeto unânime do Concelho. Não pode ser alvo da disputa política. Sabe muito bem que um dos principais motivos do meu desencanto foi quando numa das visitas a esta instituição a porta me foi aberta por quem em meu entender não devia.

Quanto às medidas protagonizadas neste projeto de regulamento, direi que de boas intenções está o inferno cheio. Pelo que atrás disse, se conseguida a interação BLC3/tecido empresarial/ inovação, não tenho dúvidas, este é o caminho e terá o meu incondicional apoio, porque, como já dito, se

desenvolvido de forma séria empenhada e responsável, temos tudo para que seja o grande motor do desenvolvimento concelhio e regional.

Mas tudo tem um senão. Talvez por dificuldade minha, não consigo, porque não tenho informação bastante, saber os parâmetros nem o alcance da medida, nem até onde pode ir a Câmara Municipal.

É público que os recursos não abundam. É público que as perspectivas são de redução. A ter o sucesso que se espera, oxalá que tenha, qual é o montante estimado que se pensa possa vir a ser mobilizado para estes apoios?

Se efetivamente for um sucesso tem a Câmara capacidade de acompanhar as expectativas criadas?

Prevê algum aporte dos fundos comunitários?

Conscientemente que estas respostas não serão fáceis de dar mas acreditando que a Câmara terá ponderado estas implicações gostava de ser esclarecido sobre estas questões. Sendo que *in dubium, pró réun.*

Nesta linha de pensamento, na esperança que as minhas dúvidas apreensões e críticas não caiam em saco roto, naturalmente, voto a favor.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto IV - Aprovação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresarias, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Aprovação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento do Espaço da Componente de Apoio à Família.

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Este Regulamento do Espaço da Componente de Apoio à Família foi aprovado inicialmente em reunião de Câmara de agosto de dois mil e dez, já foi por nós criado. Não existia este Regulamento e era importante definir a forma como entravam as crianças no ATL do Município de Oliveira do Hospital. É uma valência criada pelo Município de carácter social. As alterações significativas estão relacionadas e decorrem da lei. Era importante e de acordo com as últimas alterações legais fazer estas alterações.

Dizer também que houve alguns pontos, como por exemplo o artigo 5º que têm na vossa página três, em que foi acrescentado mais um critério de

admissão, no caso de haver vagas para os nossos alunos, e estou a referir-me à faixa etária dos seis aos dez anos e portanto alunos do primeiro ciclo, que caso ainda haja vaga possam ser admitidos não respeitando os critérios inicialmente elencados.

Relativamente ao acesso ao serviço prestado também criámos uma nova resposta social. Os Pais têm alguma dificuldade em acolher os filhos em períodos de férias, nomeadamente aqueles alunos que se encontram a frequentar o quarto ano de escolaridade num espaço que não é o espaço do primeiro ciclo de Oliveira do Hospital, e nesses períodos de interrupção letiva, Natal e Páscoa e períodos de férias até final do mês de julho, nós temos o nosso ATL a funcionar mas não era frequentado pelos alunos do quarto ano porque não utilizam o ATL durante o período escolar, dando-lhes agora oportunidade para que o possam fazer uma vez que esta valência está a funcionar.

Uma outra alteração advém de uma vontade que este Executivo tem que era poder implementar a faturação informatizada para se poder fazer o pagamento das refeições e destas valências.

São estas as alterações. Dizer também que não houve nenhuma alteração referente ao pagamento e por isso aquilo que já vinha do anterior Executivo e desde setembro de dois mil e nove que não têm sido feitas alterações aos valores desta valência.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Já falei em algum Ponto em assuntos que não fossem do Ponto? Os Senhores nem sequer me ouvem e depois não sabem o que eu digo!

Então, para fazer o jeito porque já vi que estão muito cansados, quando eu digo que saltavam quando vinha a Senha de Presença mas agora parece que já estão a querer saltar ainda antes de vir a Senha de Presença. Mas eu quando venho para aqui não tenho mais nada de importante para fazer a não ser tratar dos assuntos do Município. Vim com o dia todo e também com o dia de amanhã e mais que fazer falta porque fui eu que lá andei a pedir confiança para que me dessem responsabilidades e eu estou cá para assumir essas responsabilidades.

Esta minha intervenção é referente ao Ponto V e ao Ponto VI porque a minha posição é a mesma para os dois Pontos: O assunto a discutir e aprovar neste ponto e no ponto seguinte, integra-se naquilo a que foi o Lema da

Campanha em que participei e para o qual pedi apoio, isto é, “tudo pelas Pessoas”.

Por ser assim a minha opinião e proposta é que os custos dos serviços e fornecimento de alimentação aqui propostos sejam totalmente gratuitos em todos os casos em que o rendimento do agregado familiar seja inferior a mil euros, o que inclui os escalões 1, 2 e 3 e uma parte significativa dos restantes.

Não me repugna que esta minha proposta se aplique a todos os utentes. Se a Câmara suportar todo o custo estimamos em menos e vinte mil euros ano, se forem os doze meses ou cerca de dezasseis mil e quinhentos euros se forem dez meses de funcionamento como penso que são.

Afinal, estamos a falar de menos de um terço de uma Feira do Queijo. Estamos a falar das nossas crianças não do turismo caritativo que se desenvolve naquela iniciativa. A este propósito também não posso deixar de refletir. Esta proposta vem aqui para discutirmos e aprovarmos, no limite, menos de vinte mil euros. Na bendita Festa do Queijo gastam-se mais de sessenta mil euros e não vem aqui.

Quando eu digo que é esta Assembleia que delibera a gestão do Município eu sei bem do que falo, por mais que alguns insistam em minorizar esta Assembleia. Seria bom que de futuro, até porque a Câmara tem todas as condições legais para o fazer, que as propostas de orçamento que é um documento que decide e legaliza a opinião da Câmara sobre como e onde ela quer gastar o dinheiro e é um documento que esta assembleia pode reprovar, mas não pode modificar, espero, dizia, que o orçamento contemple, com clareza, quanto, como e onde pretende a Câmara, efetivamente, gastar o dinheiro.

As festas têm datas mais ou menos certas, são previsíveis, eu apreciava que comesse a vir no orçamento anual essas opções bem definidas.

Afinal, só trabalha fora da lei, ou pelo menos da transparência, quem quer ou quem não é capaz de programar com rigor.

Do que me é sabido, o Sr. Presidente da Câmara tem tomado decisões, que à Câmara competem, nesta matéria e não raro não informa e outras vezes informa depois. Outro tanto em matérias que, em rigor, também desta Assembleia. Política do facto consumado, como muito bem dizia o Sr. vereador Mário Alves. Mas, não se preocupem. Quem queria mandar na Câmara era eu. Só que, já lancei aqui o desafio uma série de vezes e ainda ninguém me disse onde e quando interferi na Câmara. Continuarei, pacientemente, a insistir até que um dia saiba quando e onde aconteceu. Portanto e para terminar, deixo a

proposta que este ponto seja aprovado com a gratuitidade destes serviços para os escalões 1, 2, e 3. e eventualmente para todos os utentes. E fica já igual proposta para o Ponto seguinte que, por mim, se aceite, pode ser votado em conjunto.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à intervenção do Sr. Deputado António Lopes podemos dizer-lhe que este documento esteve em discussão pública e por isso teve a oportunidade de fazer a apresentação da alteração ao documento para que hoje fosse partilhado por todos. No entanto e relativamente ao custear as refeições gratuitamente não sei se tem a noção de quantas refeições é que a Câmara Municipal tem que assegurar a nível do Pré-escolar e do Primeiro ciclo. Só para ficarem com uma ideia, nós temos cerca de novecentos e quarenta alunos diariamente a almoçar o que representa mensalmente dezanove mil setecentas e quarenta refeições. Anualmente só são duzentas e dezassete mil cento e quarenta refeições. O valor afeto ao Pré-escolar é de cerca de cento e oitenta mil euros por mês. Relativamente ao primeiro ciclo são noventa e dois mil euros mês.

É uma questão de se fazer contas e verificar o que se gasta.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Pedi a palavra não para me referir diretamente ao Ponto V e VI mas para defesa da honra.

Já é a segunda vez que o Sr. Deputado António Lopes se dirige a esta Assembleia de um modo, no mínimo, indecoroso. Passo a citar: “Não percebem o que eu digo”.

Não gosto que me chamem de burro.

Também referiu que hoje já queremos sair daqui sem receber as Senhas de Presença.

Eu não estou aqui pelas Senhas de Presença. Já tive oportunidade de oferecer uma e ofereço-lhe a próxima.

As faltas de educação são desnecessárias. Admito intrigas, admito injúrias mas acho que já é demais.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Dr. André, o Senhor sabe que tenho muito respeito e amizade por si e por todos que estão aqui. Não fui eu que disse que o Sr. António Lopes queria levar isto até às quatro horas.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Passemos então à aprovação da Proposta do Sr. António Lopes que passo a ler novamente: “... proposta que este ponto seja aprovado com a gratuidade destes serviços para os escalões 1, 2, e 3. e eventualmente para todos os utentes. E fica já igual proposta para o Ponto seguinte...”

Seguidamente o Sr. Deputado António Lopes informou a Assembleia Municipal que depois da explicação da Sr. Vereadora Graça Silva que abdica da proposta.

Não havendo intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto V - Aprovação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento do Espaço da Componente de Apoio à Família, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Aprovação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município de Oliveira do Hospital.

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Este documento foi criado em novembro de dois mil e seis e entretanto foi alterado em Assembleia Municipal em fevereiro de dois mil e oito. Como devem também calcular a necessidade desta alteração também advém da legislação na área da educação que entretanto foi publicada, nomeadamente a designação da valência, que no Regulamento anterior era de ATL – Atividades de Tempos Livres e que passou a designar-se CAF – Complemento de Apoio à

Família e agora passou a chamar-se de Atividades de Animação e Apoio à Família.

As principais alterações assentam na nova legislação publicada. No artigo 2º há uma alteração que se remete para a legislação. Também aqui se ajustou o período de matrícula porque no anterior Regulamento o período de matrícula ia para o início do ano letivo podendo agora fazer a matrícula ao longo do ano letivo. Estou a falar de crianças na faixa etária entre os três e os seis anos.

Também aqui houve a preocupação por parte do Município para propor que ao longo do ano fosse feito o ajustamento da mensalidade, ele até já era feito apesar de não estar regulamentado devido às dificuldades económicas que as famílias fazem chegar ao Gabinete de Ação Social e Saúde. Neste Momento os agregados familiares têm acesso a esta informação e antes não tinham.

Dizer também que há a preocupação em assegurar esta valência de acordo com as necessidades dos Encarregados de Educação deixando aqui a abertura para que durante o ano, e até mesmo em período de férias e de acordo com o levantamento feito com a Educadora e o Agrupamento, haver sempre o acompanhamento das crianças ao longo do ano.

Queria deixar aqui um agradecimento porque as alterações que foram dadas aos Senhores Deputados advêm de um trabalho do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, a quem não posso deixar de agradecer, e também às Senhoras Educadoras.”

Não havendo intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VI - Aprovação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento de Funcionamento dos Serviços de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar da Rede Pública do Município de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Aprovação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento do Concurso Municipal de Ideias de Negócio “Empreender + Oliveira do Hospital.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Referir que neste Regulamento do Concurso Municipal de Ideias de Negócio “Empreender + Oliveira do Hospital houve uma alteração no artigo 9º após o período de apreciação pública. A nova redação foi para clarificar, decompondo o ponto dois e três e dando-lhes sequência e introdução de um novo ponto que permite quem acompanha a execução dos projetos possa no local dos investimentos fazer a verificação e a confirmação física da existência dos equipamentos.

A receção das candidaturas para o Concurso Municipal de Ideias de Negócio “Empreender + Oliveira do Hospital para dois mil e catorze vão começar na próxima segunda-feira dia trinta.

A receção das candidaturas estará aberta até dia quinze de novembro.

A Câmara disponibiliza através do seu orçamento trinta mil euros para apoio a ideias de negócio e terá onze mil euros para o primeiro prémio, oito mil euros para o segundo prémio, seis mil euros para o terceiro e cinco mil euros para atribuição de menções honrosas.

Terá quatro pontos de apoio técnico e consultoria para o desenvolvimento e materialização das candidaturas nomeadamente no Município de Oliveira do Hospital através da ADI, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, na BLC3 e também na EPTOLIVA.

Este Regulamento do Concurso Municipal de Ideias de Negócio “Empreender + Oliveira do Hospital completa, também, o Regulamento que foi trazido a esta Assembleia dos Incentivos às Iniciativas Empresariais.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Tal como já aqui foi dito “cada um é do tamanho daquilo que vê e não do tamanho da sua altura”.

Eu vejo estas iniciativas, projetos, resultados e vontade de incentivar o progresso local onde outros apenas veem intriga, ódios pessoais e se mantêm arredados no seu egoísmo congénito.

Isto, para partilhar convosco que é fácil falar de empreendedorismo de progresso e de iniciativa mas apresentar resultados há uma vitória até porque a maioria não é sequer capaz de apresentar propostas úteis e por isso felicito este Executivo na pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal por iniciativas como o “Empreender +”.

Oliveira do Hospital é uma terra de empresários, de gente com coragem e empreendedora. Como tal este Município está a cumprir o seu dever no que

concerne ao apoio e reconhecimento do empresário como elemento diferenciador do desenvolvimento e afirmação regional do nosso Concelho.

Porém, este Município não fica pelo reconhecimento nem tão pouco se limita à atitude passiva da sedução de investimento empresarial, ainda que, até nisso este Executivo tenha manifestamente sucesso. Como prova a captação do investimento de cinquenta milhões por parte da SANAE indústria.

Este Município está, a meu ver, de parabéns pelo incentivo ativo e direto na estimulação da renovação e diversificação do tecido económico concelhio.

O Concurso Municipal de Ideias de Negócio “Empreender + Oliveira do Hospital é desde há três anos responsável pela criação e apoio de onze empresas. Em três anos este Executivo pode congratular-se por ter alavancado os projetos Ecoelec, Regional Innovation, Centro Comercial três D, Go Star, Nina Transformações de Carnes, A.H. Saúde, Isabel Gomes, Produção de Cogumelos, MSE MCM, medição das extensões aplicáveis aos motores, OHDENTE, SUP in RIVER, Animação Turística “Mesa Posta” e Oliveira no Coração. Onze novos projetos empresariais que resultam de um investimento de cento e cinco mil euros por parte do nosso Município.

Já não vivemos num Concelho onde o dinheiro público é gasto em rotundas, nem tão pouco em festas. Contra factos não há argumentos. Onze novas empresas são um facto resultante apenas de um único concurso de ideias de negócio.

Quero terminar felicitando também este Executivo por outra iniciativa sua: A BLC3 ter sido premiada com o segundo lugar nos prémios europeus de promoção empresarial na categoria de apoio ao desenvolvimento de mercados ecológicos ou eficiência de recursos. Prémio este também reconhece o mérito a um socialista de Oliveira do Hospital o Eng.º António Campos que muito tem apoiado o projeto da BLC3.

Este Município é mais do que festas e as suas iniciativas já alcançaram reconhecimento europeu muito embora não obtenham reconhecimento daqueles que veem no sucesso de Oliveira do Hospital a sua incapacidade pessoal.

A aprovação deste projeto de Regulamento para o Empreender + merece ser feita, no mínimo, por unanimidade. Julgo que merece o reconhecimento por parte desta Assembleia.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VII - Aprovação, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Projeto de Regulamento do

Concurso Municipal de Ideias de Negócio “Empreender + Oliveira do Hospital”, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um subsídio à Junta d Freguesia de Avô.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este subsídio e sobre os *timings* de outros subsídios e dizer quais é que estão comprometidos, sem cartas de conforto, e também como aqui estão todos os Presidentes de Junta para se perceber, numa política de transparência, o que é que se atribui.

Este subsídio à Junta de Freguesia de Avô tem a ver com o reordenamento de trânsito nesta época de Verão. Esta intervenção servirá para um parque de estacionamento, numa primeira intervenção. Também estamos a fazer um conjunto de obras na praia fluvial onde estamos a gastar cerca de doze mil euros. Estas obras são necessárias e estão relacionadas com a segurança das pessoas e por isso entendemos atribuir este subsídio com alguma prioridade.

Há mais dois subsídios comprometidos neste momento. Um deles está relacionado com a praia fluvial de Alvôco e o outro é para a compra de um terreno para a Junta de Freguesia de Lourosa.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VIII - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Avô, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um subsídio à União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Vereador, Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

“Este subsídio tem a ver com a organização conjunta de um Festival da Juventude denominado OHP Summer Festival que vai ser organizado entre a

União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços e a Câmara Municipal.

Para fazer face às despesas de contratação e de organização do referido evento, que também era um compromisso quer do Município quer da própria União de Freguesias no sentido de organizar eventos para a juventude, foi estabelecida esta parceria.

Dizer ainda que este Festival não é uma festa dita normal como muitas das vezes se vê por aí. É um Festival que envolve um número elevado de Associações. É um Festival com algum cariz pedagógico uma vez que todos os jovens que aqui queremos receber em Oliveira do Hospital e o que queremos dinamizar serão atividades culturais, desportivas e do mais variado âmbito de maneira a que os jovens possam ser aqui acompanhados e tenham também atividades que estimulem a sua própria formação.

Este subsídio é para fazer face às despesas uma vez que quem está a organizar o Festival é a União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços na pessoa do seu Presidente o Sr. Nuno Oliveira.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto IX - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um subsídio à União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto X - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do Contrato de Comodato entre o Município de Oliveira do Hospital e a Freguesia de Avô.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Contrato de Comodato entre o Município de Oliveira do Hospital e a Freguesia de Avô de Penso que está explicitado junto dos documentos que foram enviados aos Senhores Deputados. Ao fim e ao cabo, este contrato serve para regularizar e legalizar uma situação existente há já bastante tempo.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto X - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do Contrato de Comodato entre o

Município de Oliveira do Hospital e a Freguesia de Avô, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto XI - Autorização, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para o Sistema de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) Indiferenciados.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Penso que este Ponto deveria ter alguma discussão porque assenta em alguns pressupostos.

Se houver algumas dúvidas o meu adjunto, o Dr. Francisco Rodrigues, poderá dar alguns esclarecimentos sobre este assunto porque o trabalho de base foi feito por ele e por isso também lhe quero agradecer.

Como vocês sabem, hoje, temos equipas próprias que recolhem o lixo e que depois o entregamos numa estação de Vila Chã em Seia. Por outro lado o Planalto Beirão transporta-nos o lixo até à estação de tratamento do Planalto Beirão e agora querem obrigar-nos a entregar o lixo diretamente e não querem fazer estes transportes gratuitamente. Isto faz com que o preço se altere.

Estamos a fazer negociações para resolver esta situação contudo o Dr. Francisco Rodrigues poderá dar-vos uma explicação mais técnica.

Relativamente à recolha de Resíduos Sólidos Urbanos Indiferenciados é fundamental não perdermos a qualidade deste serviço.”

De seguida, foi dada a palavra ao Dr. Francisco José dos Santos Rodrigues, que deu a seguinte explicação ao Srs. Deputados da Assembleia Municipal:

“Sobre este assunto da Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos Indiferenciados eu iria apenas expor o estudo comparativo que foi efetuado tendo em conta a situação atual e aquilo que seria ou que será a situação no caso da Assembleia Municipal autorizar a delegação de competências.

De facto nós neste momento já temos uma boa parte dos serviços relacionados com a recolha de lixo delegados na Associação de Municípios do Planalto Beirão. Tudo o que diz respeito a lixos valorizáveis, ou seja o lixo reciclado, já é neste momento objeto de delegação de competências no Planalto Beirão. Mesmo na parte do lixo indiferenciado também é hoje objeto de

delegação de competências na Associação de Municípios a questão do tratamento do lixo. A única parte de todo o circuito relacionado com resíduos é a recolha em cada uma das localidades e o transporte a um determinado destino final que neste caso é um destino intermédio na estação de transferência de Seia.

Com base em diversos cálculos chegámos a um valor por tonelada relativamente àquilo que é o custo que hoje a Câmara Municipal suporta nesta parte que ainda não foi objeto de delegação de competências. Esse custo corresponde a quarenta e nove euros e setenta e um cêntimos por tonelada que depois vai comparar com aquele custo que resulta da eventual delegação de competências, e para esse há um custo certo, que corresponde a trinta e quatro euros e cinquenta e oito cêntimos por tonelada que nós pagaremos ao Planalto Beirão e ao qual acrescentaremos apenas alguns custos internos que, apesar da delegação de competências, se mantêm.

A informação que está posse dos Senhores Deputados explica quais são as situações em que continuará a haver custos internos.

Se vamos delegar uma determinada competência para a prestação de um serviço que não vamos ser nós a fazer vamos ter, pelo menos, que fazer algum acompanhamento e monitorização para verificar se esse serviço tem, no mínimo, a mesma qualidade de hoje e isso implica ter uma nova obrigação e um novo encargo, nomeadamente um novo elemento que faça essa verificação permanente e rigorosa. Para além disso, existe uma equipe da Câmara Municipal que faz a recolha de lixos (monos, resíduos florestais, etc.) e que, apesar de parte desses resíduos passarem a ser também objeto da delegação de competências, nós vamos continuar a ter necessidade de alguma autonomia, como por exemplo este fim de semana com a realização do evento Há Festa na Zona Histórica que produz lixo excecional, relativamente àquilo que é a nossa normalidade de recolha de lixo, e nós temos que estar habilitados a responder a estes eventos e não estar à espera que seja o Planalto Beirão ou a empresa a quem está concessionado esse serviço que nos venha responder a esta necessidade, embora o contrato preveja que isso possa acontecer.

De acordo com a proposta nós vamos manter metade do território sob a nossa responsabilidade e por isso mesmo essa autonomia vai continuar a existir. Na prática o que nós deixamos de ter são três circuitos: Um na zona Norte, outro aqui no miolo central do Concelho, que envolvia a cidade e as freguesias mais próximas da cidade, e um terceiro circuito que correspondia ao Vale do Alva. Reorganizamos isto em apenas dois circuitos um com toda a parte Norte e

outro com toda a parte Sul incluindo a Cidade e as freguesias próximas da cidade.

Os cálculos acabam por nos fazer encontrar um valor correspondente a cerca de trinta mil euros ano e que divididos por esses dois circuitos, e ficando nós com uma parte, obteremos cerca de quinze mil euros de poupança com esta solução.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto XI - Autorização, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para o Sistema de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) Indiferenciados, que foi aprovado por unanimidade.

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente ata em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo sido aprovada por unanimidade.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Queria agradecer a vossa colaboração.

Estou convencido que vamos melhorar em todos os aspetos. Pessoalmente confio que os Senhores Membros da Assembleia Municipal que ainda exageram se vão habituar a cumprir o Regimento.”

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo quinze horas e quarenta e cinco minutos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim _____
Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário) _____

(Segundo Secretário) _____